



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026

Objeto	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO (TSD), COM CAPA SELANTE, DRENAGEM SUPERFICIAL, EXECUÇÃO DE GUIAS E SARJETAS, CALÇADAS ACESSÍVEIS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL, NAS VIAS LOCALIZADAS NA COHAB VILA MARIANA, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE INDIAVAÍ/MT.
Valor Estimado	R\$: 594.043,56 (quinhentos e noventa e quatro mil quarenta e três reais e cinqu e seis centavos).
Critério de Julgamento Menor Preço Global	() Exclusivo para ME/EPP (X) AMPLA CONCORRÊNCIA
Modo de Disputa	Aberto
Data da sessão	01/04/2026 às 09h 00m – Horário de Brasília ✓ Os documentos de habilitação e proposta de preços realinhada/ajustada ao último lance, deverão ser apresentados, pelo licitante mais bem classificado, em até 2 (duas) horas após a solicitação.
Endereço e Códigos de comunicação	Rua Getúlio Vargas, 650– Centro – Indiavaí – MT – 78.295-000 – Fone (0**65) 99699-, E-mail: pmindiavailicitacao@gmail.com
Pregoeiro e membros da equipe de apoios	Agente de Contratação: Cleber Pereira dos Santos Equipe de Contratação: Joao Leonardo de Souza / Amanda G. P. Da Silva Atendimento: 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00
O Edital completo está à disposição dos interessados nos seguintes sites: www.licitanet.com.br , www.indiavaí.mt.gov.br , Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (www.gov.br)	



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

PREAMBULO

O MUNICÍPIO DE INDIAVAÍ-MT, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ nº 03.239.027/0001-20, com sede à Rua Getúlio Vargas, 650, Indavaí-MT, CEP: 78.295-000, por meio do Agente de contratação o Sr. Cleber pereira dos Santos, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento de tipo MENOR PREÇO GLOBAL, mediante as condições e especificações estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam às normas gerais da Lei n. 14.133/2021, a Lei nº 13.709 (Lei Geral De Proteção De Dados - LGPD), Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, suas alterações posteriores, normas e regulamentos inerentes e as exigências estabelecidas neste Edital.

A Abertura da Sessão ocorrerá em sessão virtual da Concorrência Eletrônica, com modo de disputa ABERTA, e será realizada no seguinte endereço: <https://www.licitanet.com.br> podendo a proposta ser cadastrada até às 08h:59m do dia 01/04/2026, com referência de tempo observando o horário de Brasília (DF).

INÍCIO DA SESSÃO: Às 09h:00m do dia 01/04/2026.

FIM DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Às 08h:59m do dia 01/04/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 09h:00m do dia 01/04/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: <https://www.licitanet.com.br>

1. OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO (TSD), COM CAPA SELANTE, DRENAGEM SUPERFICIAL, EXECUÇÃO DE GUIAS E SARJETAS, CALÇADAS ACESSÍVEIS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL, NAS VIAS LOCALIZADAS NA COHAB VILA MARIANA, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE INDIAVAÍ/MT, conforme condições e especificações constantes no ANEXO I – Termo de Referência parte integrante deste edital.

1.2. Os lances serão feitos com base no PREÇO TOTAL, conforme tabela constante do Termo de Referência.

2. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DA LICITAÇÃO.

2.1. Poderão participar desta licitação, pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, que atendam às condições de habilitação estabelecidas neste instrumento convocatório e desde que prévia e devidamente credenciada no sistema eletrônico da LICITANET.

2.2. Os interessado(s) deverá(ão) se cadastrar no portal de licitações **Licitanet, através do site: www.licitanet.com.br, respeitando as condições de cadastro.**

2.2.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas junto à LICITANET



- 2.2.2.** Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema LICITANET e e informações complementares poderão ser obtidas através dos seguintes contatos: telefone: (34) 3014-6633 e WhatsApp: (34) 2512-6504, (34) 2512-6505 e (34) 2512-6506, e-mail: fornecedor@licitanet.com.br.
- 2.3.** A licitante deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização, sendo de responsabilidade do participante o cadastro prévio do sistema eletrônico.
- 2.3.1.** Para acesso ao sistema de aquisições, será disponibilizado à empresa cadastrada um login e senha, pessoal e intransferível. Esse procedimento não substitui os documentos de habilitação.
- 2.3.2.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu credenciado, não cabendo ao provedor do sistema ou a Prefeitura Municipal a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 2.3.3.** A licitante se responsabiliza formalmente pelas transações efetuada em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 2.3.4.** O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante, que pagará a LICITANET, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao plano estabelecido pela empresa, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da LICITANET.
- 2.3.5.** As instruções para o cadastro na Plataforma podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico www.licitanet.com.br.
- 2.4.** Como requisito para participação na Concorrência Eletrônica, o licitante deverá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica, constante do Termo de Referência- ANEXO I do presente Edital.
- 2.4.1.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais.
- 2.4.2.** A participação na licitação implica, automaticamente, aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos e leis aplicáveis.
- 2.5.** Caberá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 2.5.1.** Se ocorrer a desconexão na Prefeitura Municipal de INDIAVAÍ, no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 2.5.2.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão eletrônica será suspensa e terá reinício, com o aproveitamento dos atos anteriormente praticados, somente após comunicação expressa do Agente de Contratação aos participantes.
- 2.5.3.** Quando a desconexão representar uma efetiva e irreparável ruptura no certame, ou quando, após uma desconexão superior a 10 minutos, não se retomar, em prazo razoável, o processo de formulação de lances, a sessão eletrônica será definitivamente



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

interrompida, o que acarretará, consequentemente, a renovação do procedimento, inclusive com nova publicação do aviso.

2.6. Durante a sessão pública, a comunicação entre a Comissão de Contratação e os Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, via Chat, em campo próprio do sistema eletrônico. Não será aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou e-mail.

2.7. Somente os Licitantes com propostas cadastradas participarão da fase de lances.

2.8. A Comissão de Contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

2.9. A desclassificação da PROPOSTA será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real pelas Licitantes.

2.10. A ausência do representante legal nos horários e datas marcadas no CHAT MENSAGENS, implicará na aceitação por parte do representante legal ausente, de todas e quaisquer decisões tomada pelo Pregoeiro e aceitas pelas licitantes presentes;

2.11. O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente Edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como o cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

2.12. **Fica vedada a aceitação de preços ofertados acima dos previstos no orçamento desta Administração, sujeitando-se o licitante a sua desclassificação no certame.**

2.13. **Este certame não será sob Sistema de Registro de Preços e o Intervalo mínimo entre lances: 0,1% (um décimo por cento) em relação ao melhor lance ou proposta.**

2.14. **Poderão participar desta licitação:**

2.14.1. Empresas com ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, que atendam às exigências do edital e seus anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização aos Licitantes pela realização de tais fatos.

2.15. **É vedada a participação:**

2.15.1. As empresas que possuírem as seguintes restrições, a serem conferidas pelo agente de contratação:

2.15.1.1. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.15.2. Empresa que se encontre sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação, ressalvados se comprovada, respectivamente, a aprovação ou a homologação do plano de recuperação judicial aprovado em assembleia geral de credores e homologado pelo juízo competente e apresentada certidão que ateste a aptidão econômica e financeira para o certame.

2.15.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que dele seja conjugue, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.



2.15.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da lei n.6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

2.15.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.15.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.15.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.15.8. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

2.15.9. As empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.15.10. Empresas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.15.11. Sociedades Cooperativas.

2.15.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

2.1.4. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

3. DA VISTORIA

3.1.1. Considerando que na presente licitação a AVALIAÇÃO PRÉVIA do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, nos termos do Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha e cronograma Físico Financeiro que fazem parte integrante deste Edital.

3.1.2. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado com a Secretaria de Obras, pelo e-mail: pmindiavailicitacao@gmail.com de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

3.1.3. Caso a licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

3.1.4. Quaisquer informações quanto às visitas poderão ser obtidas pelo Telefone: **(0**65) 3254 1146** ou E-mail: pmindiavailicitacao@gmail.com.

4. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

4.1. Conforme instituído pelos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 fica concedido e assegurado o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas, Empresas de



Pequeno Porte, desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e ao disposto na Lei Complementar nº 147/2014.

4.2. Nos termos dos artigos 42 e 43 da LC nº 123/2006, de 14/12/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.2.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e Trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.2.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

4.3. A microempresa e empresa de pequeno porte que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela LC 123/2006 – 147/2014, deverão apresentar **Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º do art. 3º da LC 123/2006 – 147/2014.**

3.3.1. A falta de identificação no sistema, antes de envio da proposta acarretará preclusão dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.

4.4. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa, ou empresa de pequeno porte.

4.5. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

4.5.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela declarada classificada em primeiro lugar, situação em que sua proposta será classificada em primeiro lugar;

4.5.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocadas as empresas remanescentes, na ordem classificatória para o exercício do mesmo direito.

4.5.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.5.4. Na hipótese da não - contratação, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

4.5.5. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Concorrência deverá o Pregoeiro considerar a proponente inabilitada, salvo as situações que ensejem a aplicação da Lei Complementar nº 123/2006 – 147/2014.



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

4.5.6. As empresas que se enquadrarem na qualidade de ME/EPP deverão apresentar a **CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL**, emitida a menos de 60 (sessenta) dias da data de abertura das propostas deste edital.

4.5.6.1. A não entrega desta Certidão Simplificada ou da declaração indicará que a licitante optou por não utilizar os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

5. DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

5.1. Qualquer pessoa poderá questionar ou impugnar este Edital de Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciá-lo até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública desta Concorrência.

5.1.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, sendo que só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente.

5.2. Caberá à Pregoeira decidir sobre a petição de esclarecimento ou de impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis após o seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, conforme preconizado pelo art. 164 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

5.3. As impugnações, os pedidos de esclarecimento sobre o edital, ou dúvidas de ordem técnica poderão ser realizadas das seguintes formas:

5.3.1. Preferencialmente encaminhamento pela Plataforma Licitanet - www.licitanet.com.br, utilizada para a realização do presente certame.

5.3.2. Encaminhamento por e-mail, no e-mail oficial do departamento de Licitação, pmindiavailicitacao@gmail.com

5.3.3. Protocolo no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Poxoréu, no endereço preambular, em sua via original, devidamente assinada por quem tenha poderes para tal, respeitados os prazos, formas e condições estipuladas neste edital.

5.4. Dúvidas comuns, sem necessidade de expedição de documentos, poderão ser esclarecidas por meio do telefone: (0**65) 99699-3455 (Setor de licitação), ou, pessoalmente de segunda a sexta-feira no horário compreendido das 07h:00m às 11h:00m e as 13h:00m às 17h:00m.

5.5. No campo **“Esclarecimentos do Edital”** no site da Licitanet, serão disponibilizadas, além das respostas às consultas e questionamentos, todas as informações que o Pregoeiro julgar importantes, razão pela qual as empresas interessadas deverão consultá-lo frequentemente durante todo o certame.

5.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

5.8. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, salvo se o acolhimento e alteração do edital não comprometer a elaboração das propostas e documentos de habilitação.

5.9. Ocorrendo impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida na legislação vigente.



5.10. Em qualquer ocasião antecedendo a data de entrega das propostas, a Prefeitura poderá, por qualquer motivo, por sua iniciativa ou em consequência de respostas fornecidas a solicitações de esclarecimentos, modificar os referidos documentos mediante a emissão de uma errata, que será publicada através de Adendo Modificador ou Nota de Esclarecimento no site oficial da licitação www.licitanet.com.br, na AMM (Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso) DOU (Diário oficial da União), DOE (Diário Oficial do Estado) e em Jornal de Grande Circulação.

5.10.1. ADENDO MODIFICADOR é o documento emitido pela Administração, contendo informações que impliquem em alteração na formulação das propostas, sendo neste caso, publicado Aviso de Prorrogação da Sessão de Abertura, com o prazo original, devidamente estabelecido no art. 55º, parágrafo 1º da Lei Federal nº. 14.133/21, a qual se aplica subsidiariamente a modalidade Concorrência;

5.10.2. NOTA DE ESCLARECIMENTO é o documento emitido pela Administração, contendo informações que não causem alteração na formulação das propostas;

6. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.1.1. O envio da proposta eletrônica será feito exclusivamente através do site LICITANET, até o dia e horário previstos neste Edital, devendo a licitante confirmar em campo próprio do sistema ou através do anexo da DECLARAÇÃO UNIFICADA, que:

6.1.1.1. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação, que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital, manifestando pleno conhecimento e aceitação das regras do certame.

6.1.1.2. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.1.1.3. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.1.1.4. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



6.1.1.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.1. A Licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.1.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.1.2. no item em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

6.1.3. As empresas participantes do certame atentem para o DECRETO Nº 1949 de 27 de maio de 2009, que introduz alterações no Regulamento do ICMS e dá outras providências, visando à equalização do tratamento tributário em operações que destinem mercadorias ao consumidor final localizado no Estado de Mato Grosso.

6.1.3.1. Antes do envio das propostas, recomendamos a leitura, pelos licitantes de outros estados da federação, do regulamento do ICMS de Mato Grosso, disponível no site:
www.sefaz.mt.gov.br/sistema/legislacao/regulamentoicms.nsf.

6.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

6.3. A licitante, ao inserir sua proposta, informará nos campos próprios do sistema eletrônico (“Condições do Proponente” e caso necessário em “Informações Adicionais”), o seguinte:

6.3.1. ESPECIFICAÇÃO dos produtos ofertados, conforme TERMO DE REFERÊNCIA.

6.3.2. PREÇO UNITÁRIO E TOTAL expressos em reais, incluindo todos os custos necessários à execução do objeto, tais como impostos, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, emolumentos, taxas, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o custo (direto ou indireto) do contrato

6.4. Prazo de validade da proposta é de no mínimo 60 dias

6.5. **Será exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito para análise da Proposta Inicial.**

6.5.1. A garantia de proposta será de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.

6.5.2. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.



- 6.6. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.
- 6.7. A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o §1º do art. 96 da Lei 14.133/2021.
- 6.8. A proposta deverá ser cadastrada na plataforma e poderá ser enviada, substituída ou excluída até a data limite, estipulada no preâmbulo deste edital.
- 6.9. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente edital e seus anexos, bem como as que apresentem omissões ou irregularidades insanáveis.
- 6.10. Após a abertura das propostas, não lhes caberá desistência das mesmas e os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade das licitantes, não assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, salvo por motivo justo e comprovado decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 6.11. O Pregoeiro poderá solicitar das licitantes quaisquer outras informações que julgar pertinentes para o perfeito conhecimento e julgamento das propostas, sendo que estas deverão ser enviadas, no prazo estipulado no sistema, sob pena de desclassificação das propostas.
- 6.11.1. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta, a pregoeiro poderá suspender o Concorrência e marcar nova data para sua continuidade, intimando todos os participantes via sistema eletrônico.
- 6.12. No julgamento das propostas, em favor da ampliação da disputa, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, documento se sua validade jurídica mediante despacho fundamentado, acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.
- 6.13. apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.14. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 6.15. Fica vedado ao licitante qualquer tipo de identificação, no sistema eletrônico, quanto ao registro de sua proposta de preços (planilha ou outros anexos), sob pena de desclassificação da empresa no certame.
- 6.16. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.17. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 6.17.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 6.17.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 6.18. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 6.18.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e



- 6.18.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 6.18.3. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item.
- 6.19. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão
- 6.20. A licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório;
- 6.21. **Uma licitante, ou grupo, suas filiais, ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico, ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços.**
- 6.21.1. Caso uma licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pela entidade promotora da licitação;
- 6.21.2. Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa;
- 6.22. Nas propostas de preços registradas no sistema eletrônico, deverão ser observadas as seguintes condições:
- 6.22.1. O preço deve estar em conformidade o estabelece o inciso III, do art.59, da Lei federal nº14.133/21, sendo expresso em moeda corrente nacional (R\$), **com no máximo 02 (duas) casas decimais**, considerando detalhes e especificações constantes no **Anexo I - Termo de Referência** do presente edital, devendo a proposta incluir Custos diretos e indiretos dos serviços, encargos sociais e trabalhistas, Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), impostos incidentes, inclusive ISS, conforme legislação municipal vigente, mobilização, desmobilização e administração local da obra.
- 6.23. A simples participação neste certame implica em:
- 6.23.1. Plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como no dever de cumpri-las, correndo por conta das empresas interessadas todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos;
- 6.23.2. Comprometimento da empresa vencedora em atender o objeto desta licitação em total conformidade com as especificações do edital e seus anexos;
- 6.24. Poderão ser admitidos, erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse da administração pública.

<p>7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E FASE DE JULGAMENTO</p>
--

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



- 7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1 (centavo).
- 7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos, após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.12. Neste certame será adotado para o envio de lances o modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de dez minutos. Após esse prazo, o sistema prorrogará automaticamente, quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da etapa de lances.
- 7.12.1.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 7.12.2. Na hipótese de não haver novos lances, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances.
- 7.12.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), poderá ser admitido o reinício da disputa aberta.
- 7.12.3.1. Após o reinício, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.13. Após o término dos prazos estabelecidos, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15. Durante o transcurso da fase “aberta”, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a trinta minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e



quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no site eletrônico utilizado para divulgação.

- 7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 7.21. O critério de julgamento adotado para o certame é o de MENOR PREÇO.
- 7.22. Em relação a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, e esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.
- 7.22.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima do melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.22.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.22.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.22.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



- 7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 7.23.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.23.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.23.6. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 7.23.7. empresas brasileiras;
- 7.23.8. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.23.9. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.24. Persistindo o empate, a proposta vencedora será **sorteada** pelo sistema eletrônico, dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.25.
- 7.26. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificada que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
 - 7.26.1. É facultado o Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de findado o prazo previsto no subitem anterior.
 - 7.26.2. Se o licitante não apresentar proposta atualizada, deverá o Pregoeiro desclassificá-la e examinar as ofertas subsequentes e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.
 - 7.2.2.1. Na hipótese acima, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar sanção administrativa ao licitante que deixou de apresentar a proposta atualizada.
- 7.27. No julgamento das propostas, será adotado o critério de menor preço, observando os demais requisitos estabelecidos neste Edital.
- 7.28. O pregoeiro poderá suspender a sessão pública para realizar análise prévia das propostas, cujo prazo será definido na própria sessão.
- 7.29. O pregoeiro examinará a proposta ajustada ao melhor lance, quanto à compatibilidade do preço ao valor estimado para licitação, à sua exequibilidade e à sua adequação ao objeto licitado.
- 7.30. O valor ofertado após a fase de lances (proposta realinhada) não poderá ser superior em relação ao valor ofertado inicialmente no item pelo licitante (proposta inicial), tampouco ser maior que o valor estimado para licitação.



- 7.30.1. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, o Pregoeiro poderá solicitar a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.30.2. O pregoeiro poderá solicitar a correção de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica e, se necessário, afastar licitantes em razão de vícios insanáveis, podendo solicitar auxílio da equipe de apoio, se for o caso.
 - 7.30.2.1. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Pregoeiro.
- 7.31. Serão desclassificadas as propostas de preços que:
 - 7.31.1. Contenham vícios insanáveis ou ilegalidades.
 - 7.31.2. Não apresentem as especificações técnicas pormenorizadas neste Edital e de seus Anexos.
 - 7.31.3. Apresentarem preços inexequíveis ou que permanecerem acima do orçamento estimado para licitação.
 - 7.31.4. Não vierem a comprovar sua exequibilidade, quando exigido pela Administração.
 - 7.31.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que seja insanável.
 - 7.31.6. a verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada, nos termos do §1º, do artigo 59, da Lei nº 14.133/2021.
- 7.32. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto neste, nos termos do §2º, do artigo 59, da Lei nº 14.133/2021;
- 7.33. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
 - 7.33.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 7.33.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.34. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
 - 7.34.1. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.35. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei
- 7.36. Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.



- 7.37. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.
- 7.38. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.38.1.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 7.38.2. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação
- 7.39. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam o pedido.
- 7.40. Caso a proposta da primeira colocada permaneça acima do preço estimado e esgotada toda a negociação direta, o licitante será desclassificado e serão convocadas as demais licitantes, de acordo com a ordem classificatória, para negociação de condições mais vantajosas, observando o preço estimado da licitação.
- 7.41. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.42. Caso o licitante melhor classificado tenha participado da pesquisa de preço desta Licitação, para compor o seu valor estimado, seja por meio de contratos firmados ou por orçamentos, a sua contratação fica atrelada ao respectivo valor, sendo considerado como valor teto da sua possível contratação, ou seja, o valor da sua proposta deverá ser igual ou melhor àquele que compõe o preço de referência, salvo justificativa.
- 7.43. Se a proposta ou o melhor lance não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.



- 7.44. Finalizada a sessão pública, não poderá haver desistência da proposta ou dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes na legislação vigente.
- 7.45. Todos e quaisquer avisos pertinentes ao certame serão postados no chat e/ou anexados no mesmo local de disponibilização deste Edital no sistema LICITANET, sendo o seu acompanhamento de inteira responsabilidade do licitante.
- 7.45.1. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública constarão em ata divulgada no sistema eletrônico SIAG, sem prejuízos das demais formas de publicidades previstas em Lei, não podendo o licitante alegar desconhecimento da informação.

8. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO

8.1. DA HABILITAÇÃO

- 8.1.1. Encerrada a etapa de lances, a licitante vencedora deverá encaminhar/anexar a plataforma a documentação de habilitação no prazo estipulado neste edital após o termino da disputa, sob pena de inabilitação se não o fizer dentro do prazo. Em seguida o Pregoeiro poderá suspender a sessão para análise dos documentos de habilitação.
- 8.1.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta vencedora, a comissão de contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis) e pela Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso (<http://www.controladoria.mt.gov.br/ceis>);
 - b) Cadastro Nacional de Contratações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
 - c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
 - d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT;
- 8.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do **artigo 12 da lei n. 8.429, de 1.992**, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.1.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será inabilitado, por falta de condição de participação.

9. DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA HABILITAÇÃO



- 9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.1. Nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor.
- 9.2. Encerrada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro solicitará o envio de documentos de habilitação, somente do licitante vencedor, exclusivamente via sistema, no prazo de até 02 (duas) horas e avaliará a necessidade de suspender a sessão para análise da documentação de habilitação. Caso não haja data de retorno estipulada pelo Pregoeiro durante a sessão, será publicada no Sistema LICITANET, a futura data de reabertura da sessão para divulgação do resultado da fase de habilitação e prosseguimento do processo licitatório
- 9.3. Para fins de habilitação jurídica, o licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

9.3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva e, no caso de sociedade por ações, acompanhada da documentação de eleição dos seus administradores;
- b) Cédula de identidade ou outro documento de identificação com foto do representante da empresa licitante e do procurador se houver;
- c) Procuração válida se for o caso;
- d) No caso de sociedade empresária estrangeira, portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020
- e) Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.3.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

9.3.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ); podendo ser retirada no site www.receita.fazenda.gov.br
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação, podendo ser retirada no site: <http://www.sintegra.gov.br/>
- c) Certidão Conjunta de Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária, podendo ser retirada no site: <https://www.gov.br/receitafederal>
- d) Certidão Conjunta de Pendências Tributárias e Não Tributárias junto à Sefaz e a Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso;
 - d.1) Para as empresas sediadas em outras unidades da federação, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Débitos da Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário ou sede, desde que seja consolidada com a certidão da respectiva Fazenda Pública;
 - d.2) Nos casos em que não for possível a certidão consolidada, será suficiente a CND específica para participar de licitações, expedida pelo órgão competente do respectivo domicílio tributário ou sede.
- e) Certidão de Regularidade com Tributos Municipais da Sede do Licitante;



- f) Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); podendo ser retirada no site www.caixa.gov.br ;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; podendo ser retirada no site www.tst.jus.br/certidao;

9.3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 9.3.3.1. Certidão Negativa de Falência e Concordata ou Recuperação Judicial, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, emitida a menos de 60 (sessenta) dias da data de abertura das Propostas deste Edital;
- 9.3.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira da empresa, conforme segue:
 - 9.3.3.2.1. Empresas regidas pela Lei 6.404/76 (sociedade anônima):
 - a) Publicados em Diário Oficial; ou
 - b) Publicados em jornal de grande circulação; ou
 - c) Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;
 - 9.3.3.3. Empresas por cota de responsabilidade limitada (LTDA), Empresa Individual, Eireli, Sociedades Simples:
 - a) cópia do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, extraídos do Livro Diário com o Termo de abertura e encerramento com o “Termo de Autenticação” da Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio do licitante; ou
 - b) cópia do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado dos 02 (dois) últimos exercícios – DRE registrado na Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio do licitante.
 - 9.3.3.4. Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital – ECD, consoante disposições contidas no Decreto 6.022/2007, regulamentado através da IN 2003/2021 da RFB e alterações, apresentarão documentos extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped na seguinte forma.
 - 9.3.3.5. Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped, nos termos do Decreto 8.683/2016, desde que não haja indeferimento ou solicitação de providências.
 - 9.3.3.6. Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.
 - 9.3.3.7. Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.
 - 9.3.3.8. A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações dos Balanços Patrimoniais, relativos aos 02 (dois) últimos exercícios, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para qualificação apenas resultados superiores a 1 (um) nos 02 (dois) exercícios exigidos.



$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.3.3.9. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação

9.3.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL:

9.3.4.1. A empresa deverá comprovar qualificação técnica operacional mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) **Qualificação Operacional:**

a).1. Registro/Certidão de inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da região da sede da empresa, **onde conste o profissional como responsável técnico da licitante.**

a).2. Comprovação da licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior como responsável técnico (Engenheiro Civil), devidamente reconhecido pelo Conselho Regional da Classe, comprovando seu vínculo mediante a uma das formas a seguir:

1. A comprovação do vínculo entre o (s) profissional (is) e a empresa poderá ser realizada mediante apresentação de Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, Contrato de Trabalho, Contrato Social com o nome do profissional como sócio; ou Contrato de prestação de serviços, nos termos da legislação civil, observadas as demais exigências deste edital;
2. Será admitida à comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.
3. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e certidão do CREA, devidamente atualizada.

a).3. Apresentação de atestado (s) operacional (is), emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, **em nome da empresa**, apresentado em papel timbrado, que comprovem a execução de serviços com características semelhantes ou superiores às do objeto licitado, que deverão comprovar a



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

execução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo das seguintes parcelas de maior relevância:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PERCENTUAL	JUSTIFICATIVA TÉCNICA
5.0	Execução de pavimentação asfáltica em Tratamento Superficial Duplo (TSD), com capa selante	41,02%	Parcela que caracteriza o núcleo do objeto (pavimentação asfáltica urbana em TSD), com maior criticidade técnica para desempenho, durabilidade e liberação segura ao tráfego
5.0	DRENAGEM SUPERFICIAL – Execução de guias (meio-fio) e sarjetas	14,24%	Parcela crítica para conservação do pavimento e mitigação de patologias por água (impacta diretamente a durabilidade do TSD)

- ✓ Não será aceito atestado emitido pela própria licitante, sob pena de infringência ao princípio da moralidade, pois a licitante não possui impessoalidade necessária para atestar sua própria capacidade técnica.

b) Qualificação Técnico-Profissional:

b).1. Comprovação de que a empresa licitante dispõe, na data da abertura da sessão pública, de profissional (is) de nível superior em Engenharia Civil legalmente habilitado (s), com formação compatível com os serviços a serem executados, devidamente registrado (s) no CREA;

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PERCENTUAL	JUSTIFICATIVA TÉCNICA
5.0	Execução de pavimentação asfáltica em Tratamento Superficial Duplo (TSD), com capa selante	41,02%	Parcela que caracteriza o núcleo do objeto (pavimentação asfáltica urbana em TSD), com maior criticidade técnica para desempenho, durabilidade e liberação segura ao tráfego
5.0	DRENAGEM SUPERFICIAL – Execução de guias (meio-fio) e sarjetas	14,24%	Parcela crítica para conservação do pavimento e mitigação de patologias por água (impacta diretamente a durabilidade do TSD)

b).2. Apresentação de atestado (s) de Responsabilidade Técnica, emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, **em nome do(s) profissional (is) técnicos indicado (s)**, que comprovem a execução de serviços com características semelhantes ou superiores às do objeto licitado, limitando-se às parcelas definidas como de maior relevância técnica, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT) expedidas por Conselho, que comprovem ter o profissional executado de maneira satisfatória, compatíveis em características com o objeto desta licitação.

c) Apresentação de Pessoal Técnico, Instalações e Aparelhamento Adequados e Disponíveis



c).1. Declaração contendo a identificação da equipe técnica, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, o qual deverá conter, de forma pormenorizada:

I. Equipe mínima exigida:

- ✓ Engenheiro Civil: profissional legalmente habilitado, responsável pela missão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), acompanhamento, fiscalização e orientação técnica dos serviços executados.
- ✓ Mestre de obras: profissional de campo responsável pela condução das frentes de trabalho, organização da equipe, planejamento das etapas e execução das atividades no local.

II. Lista de equipamentos e instalações disponíveis à empresa, com indicação da posse, locação ou disponibilidade mediante contrato, quando for o caso, com a devida compatibilidade com as exigências técnicas do objeto.

III. Declaração formal emitida pela Licitante de que os equipamentos necessários para execução da Obra/Serviço de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso por ocasião de sua utilização. Esses equipamentos estarão sujeitos à vistoria “in loco” pela Contratante por ocasião de sua utilização e sempre que necessário.

IV. Os profissionais indicados pela Licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se, excepcionalmente, a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo gestor do contrato e ratificada pelo seu superior.

9.4. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

9.4.1. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS (Anexo V)

- a) Que em atendimento ao previsto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal e inciso V, não possuímos, em nosso quadro de pessoal, empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz e em nenhuma hipótese, menores de 14 (quatorze) anos.
- b) Que nenhum dos sócios e/ou diretores desta empresa ocupam cargo ou função de chefia ou assessoramento, em qualquer nível, no âmbito da Administração Pública do Município de Várzea Grande.
- c) Que a empresa não possui em seu quadro pessoal servidor público da ativa, em cargo efetivo, comissionado ou empregado público, no âmbito da Administração Pública do Município de Várzea Grande, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados.



- d) Que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei. (Art. 63, I, Lei nº. 14.133/2021).
- e) Que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (Art. 63, IV, Lei nº. 14.133/2021)
- f) Que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (Art. 63, §1º, Lei nº. 14.133/2021)
- g) Que sob as penas do art. 299 do Código Penal, teremos a disponibilidade, caso venhamos a vencer o certame, o objeto licitado para realizar a entrega no prazo previsto na Ata ou contrato, de acordo com a quantidade e especificações constantes no edital e seus anexos.
- h) Que estamos de pleno acordo e concordamos expressamente com todas as condições especificadas no edital e seus anexos do presente certame.

9.4.2. Certidão Negativa de Inidoneidade (Emitida no site:

https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:5112810213332:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO)

- 9.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
 - 9.5.1. Complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.
 - 9.5.2. Atualizar documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 9.6. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Lei nº 14.133/2021 e art. 139 do Decreto Estadual nº 1.525/2022, que se restringe à juntada/encarte no sistema, após a abertura da sessão pública, de documento inexistente no momento da apresentação da proposta. Neste caso, o licitante não atende à condição exigida no Edital e por tal razão está inabilitado. Caso o documento esteja apenas ausente, isto é, existente no momento da apresentação da proposta, porém, por falha ou equívoco não tenha sido apresentado pelo licitante, deverá ser solicitado e avaliado pelo Pregoeiro.
 - 9.6.1. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre os licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público.
 - 9.6.2. Os licitantes que reduzirem os preços ao valor da proposta classificada, terão seus documentos de habilitação analisados de acordo com os itens desta seção, com a finalidade de estarem previamente habilitadas e figurarem na relação de empresas remanescentes em caso de eventual desistência ou impedimento/cancelamento do licitante vencedor

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS



- 10.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediatamente a intenção de recorrer, expondo os motivos de forma resumida em campo próprio do Sistema Eletrônico, no prazo de 15 (quinze) minutos, contados da declaração do vencedor. Após a manifestação no sistema, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis, contados do encerramento da sessão, para apresentação das razões do recurso, restritas aos motivos apontados na sessão pública, ficando os demais licitantes desde logo intimadas para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.
- 10.1.1. As petições de recurso (razões e contrarrazões) deverão ser encaminhadas exclusivamente (ANEXADAS E ENVIADAS) por meio do Sistema LICITANET, respeitando o prazo de 03 (três) dias úteis indicado no subitem anterior.
- 10.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a preclusão do direito de recurso.
- 10.3. Não serão aceitas ou consideradas as razões e contrarrazões recursais enviadas de forma não prevista neste Edital, ou cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo ou tenha sido assinada por pessoa inabilitada para representar a empresa, seja ela recorrente ou recorrida.
- 10.3.1. O recurso poderá ser decidido pela autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.4. Eventuais recursos intempestivos ou meramente protelatórios (sem o mínimo de plausibilidade) poderão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, em seu juízo de admissibilidade e serão submetidos à análise da Autoridade Superior no momento da homologação (Acórdão nº 1440/07, TCU).
- 10.5. O resultado do recurso terá a sua decisão disponibilizada por meio do Sistema LICITANET.
- 10.6. Encerrada a etapa de recurso e independentemente da existência de irresignação, o Pregoeiro encaminhará os autos do processo para a autoridade competente, para adjudicação e homologação do procedimento licitatório, observadas, no que couber, as disposições do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

11. DO CONTRATO

- 11.1.** Após a homologação do resultado da Concorrência, a Administração poderá convocar a licitante vencedora, durante a validade de sua proposta, para assinatura do instrumento contratual.
- 11.2.** O prazo para assinatura do contrato quando convocada, será de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e da Lei nº 14.133/21, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração;
- 11.3.** É facultado à Pregoeira, quando a convocada não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo, após aceitabilidade da proposta e comprovação dos requisitos de habilitação;
- 11.4.** A Administração Municipal convocará a licitante vencedora, a informar a modalidade de garantia de execução contratual, no valor de 5% (cinco por cento), do valor global contratado, nas modalidades indicadas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021;



11.4.1. No caso de a vencedora do certame optar pela modalidade seguro-garantia, deverá apresentá-lo no prazo de 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

11.4.2. A garantia contratual e o seguro da obra observarão os prazos e condições estabelecidos na minuta contratual em anexo, parte integrante deste edital.

11.5. Para formalização do contrato será exigido **Termo Anticorrupção** (Anexo I do contrato), das empresas beneficiadas direta ou indiretamente com recursos públicos estaduais, declarando formalmente que a condução de seus negócios segue estritamente a lei, a moral e a ética.

11.6. **Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, nos termos da Lei 14.133/21, Art. 122, § 2º.**

11.7. De acordo com as peculiaridades do objeto e de seu regime de execução, o contrato conterà cláusulas que preveja prazo de execução, vigência e expedição da ordem de serviço para o início da execução dos serviços.

11.8. O Contrato também trará previsão:

11.8.1. Da prestação da Garantia de execução em uma das modalidades previsto no §1º do Art.96 e seguintes, da Lei n.14.133/2021.

11.8.2. Da entrega e do recebimento do objeto e da fiscalização;

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

12.1. As despesas decorrentes da contratação objeto desta Licitação, serão consignados aos recursos próprios e federais, em conformidade com os limites definidos no Convênio nº 954875/2023, firmado entre o Município de INDIAVAÍ/MT e o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), o qual prevê:

Secretarias	Dotações Orçamentárias
Obras e Infraestrutura	(046) 15 451 0010 1010 (044) 15 451 0010 1010

- EMENDA PARLAMENTAR: **R\$ 594.043,56 (Quinhentos e noventa e quatro mil, quarenta e três reais e cinquenta e seis centavos);**

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado, em até 30 (trinta) dias mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal.

13.2. Para pagamento, a empresa deverá apresentar juntamente com a nota fiscal dos serviços executados e de acordo com o respectivo empenho correspondente, o nome e número do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

13.2.1. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação:

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (Dívida Ativa da União e Contribuições Federais) em conjunto com a Seguridade Social (INSS) emitida pela receita Federal do Brasil de acordo com a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, DE 02/10/2014;
- b) Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado da sede da licitante;



- c) Certidão Expedida pela Prefeitura Municipal, quando couber.
- d) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Art. 27, a, da Lei Federal nº 8.036/90, através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

13.3. Pelo fiel e perfeito fornecimento do objeto desta licitação, o município de Indavaí/MT., pagará à Contratada, mediante a entrega da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Secretaria solicitante, que corresponderá ao valor do objeto licitado entregue, após verificação;

13.4. No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a: salários, encargos sociais, tributários, trabalhistas, comerciais (inclusive frete), materiais, enfim todas as despesas necessárias ao fornecimento do objeto deste Concorrência a ser entregue no município de Indavaí/MT;

13.5. A nota fiscal deverá conter atestados firmados pelo servidor encarregado de fiscalizar o recebimento, comprovando a entrega do objeto contratado;

13.6. A contratada deverá indicar no corpo da nota fiscal, n. do contrato, mês de referência, descrição dos produtos/serviços, o número e nome do banco, agência e número da conta, na qual deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

13.7. O Município de Indavaí efetuará o pagamento por meio de ordem bancária, tomada junto ao Banco ou Cooperativa, endereçada ao banco discriminado na nota fiscal;

13.8. Constando qualquer incorreção na nota fiscal, bem como, outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento em conformidade com a dotação orçamentaria;

13.9. As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade da contratada.

13.10. O pagamento efetuado não isentará a contratada de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia dos bens fornecidos;

14. DAS SANÇÕES E DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
- d) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- a) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



b) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.4. Fraudar a licitação;

14.5. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

14.6. O licitante que cometer qualquer das infrações descritas no item anterior será responsabilizado, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sendo garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

14.7. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.8. Os crimes contra a Administração Pública aos quais estão sujeitos os licitantes, processar-se-ão pela Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e pelo Código Penal, para fins de responsabilização das pessoas jurídicas, na esfera administrativa, civil e penal.

14.9. Na ocorrência de impugnação ou recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá aplicar a sanção estabelecida no art. 156, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.10. Constatada a possível prática de crime, assim definido na legislação, na execução da licitação ou contrato, o fato será comunicado à autoridade policial competente para apuração.

14.11. A sanção de multa será aplicada isolada ou cumulativamente com outras penalidades no caso de atraso injustificado ou em qualquer outro caso de inexecução que implique prejuízo ou transtorno à administração na forma prevista em Edital.

14.12. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.



14.12.1. Para as infrações desta Seção, a multa será de 0,5% a 1% do valor do contrato licitado.

14.13. As hipóteses de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade estão dispostas nos §§ 4º e 5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

14.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos à Administração Pública decorrentes dessa conduta, a implantação/aperfeiçoamento de programa de integridade, a situação econômico-financeira do acusado, no caso de aplicação de multa, e a conduta praticada pelo infrator, bem como a intensidade do dano provocado segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

14.15. As penalidades de advertência e multa podem ser aplicadas cumulativamente e realizar-se-ão em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante, observando-se os procedimentos previstos em lei.

14.16. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

14.17. As sanções previstas nesta seção e no Termo de Referência, anexo deste Edital, não eximem o contratado da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Órgão/Entidade.

14.18. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.19. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato.



- c) “prática conluiada”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

15.1. Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados pelos licitantes deverão referir-se ao mesmo CNPJ descrito por estas na proposta de preços, salvo aqueles documentos permitidos por lei.

15.2. Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, composto por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o Pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.

15.3. O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro e/ou pelo sistema ou de sua desconexão.

15.4. É facultado o Pregoeiro ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

15.5. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão em contrário.

15.7. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

15.7.1. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do objeto do edital.



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

15.8. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e a Prefeitura não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.9. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

15.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada para abertura dos envelopes, ficará a reunião adiada para o primeiro dia útil subsequente, à mesma hora e local, salvo manifestação em contrário.

15.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública de CONCORRÊNCIA.

15.12. O Edital acha-se disponível, na íntegra, nos endereços eletrônicos <https://indiavai.mt.gov.br/licitacao/concorrenca/629-concorr%C3%A2ncia-2024> e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço www.licitanet.com.br e ainda solicitado por intermédio do e-mail: pmindiavailictacao@gmail.com nos dias úteis, no horário das 07h00min às 11h00min e 13h00min às 17h00min (horário local).

15.13. As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

15.14. São partes integrantes, indissociáveis e atreladas ao conteúdo deste Edital, os anexos abaixo, cujo teor vincula totalmente os licitantes:

ANEXO I – Descrição dos Serviços;

ANEXO II – Termo de Referência;

ANEXO III – Modelo de Formulário de Proposta de Preços;

ANEXO IV – Declaração de Equipe Técnica responsável

ANEXO V – Declaração de Abstenção de Visita Técnica

ANEXO VI – Declaração de Visita Técnica

ANEXO VII - Modelo de Declaração de enquadramento como (ME) ou (EPP);

ANEXO VIII – Modelo de Declaração de Cumprimento de Requisitos Legais;

ANEXO IX – Minuta do Contrato;

INDIAVAÍ-MT, 16 de Março de 2026.

Welton Marques Ferreira
Secretário Municipal de Administração



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

ANEXO I

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

ITEM	CÓDIGO TCE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	V. TOTAL
1.	319986-0	EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO (TSD), COM CAPA SELANTE, DRENAGEM SUPERFICIAL, EXECUÇÃO DE GUIAS E SARJETAS, CALÇADAS ACESSÍVEIS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL, NAS VIAS LOCALIZADAS NA COHAB VILA MARIANA, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE INDIAVAÍ/MT.	SERVIÇO	01	R\$ 594.043,56

O valor estimado da contratação é de R\$ 594.043,56 (Quinhentos e noventa e quatro mil, quarenta e três reais e cinquenta e seis centavos), conforme detalhado na Planilha Orçamentária (PO) e no Quadro de Composição de Investimento (QCI) anexos a este Termo de Referência.

INDIAVAÍ/MT, 16 de março de 2026.

Elesandro Venancio da Silva
Secretária Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas



ANEXO II – TERMO DE REFERENCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO (TSD), COM CAPA SELANTE, DRENAGEM SUPERFICIAL, EXECUÇÃO DE GUIAS E SARJETAS, CALÇADAS ACESSÍVEIS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL, NAS VIAS LOCALIZADAS NA COHAB VILA MARIANA, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE INDIAVAÍ/MT**, com área total de **2.785,62 m²**, conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos que integram o processo, conforme projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas e demais documentos que integrarão o edital.

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR	PRAZO DE EXECUÇÃO	CÓDIGO SIAG
1	EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO (TSD), COM DRENAGEM SUPERFICIAL, EXECUÇÃO DE CALÇADAS ACESSÍVEIS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL	R\$ 594.043,56	360 dias	0002189

1.2. O valor estimado da contratação é de **R\$ 594.043,56 (Quinhentos e noventa e quatro mil, quarenta e três reais e cinquenta e seis centavos)**, conforme detalhado na Planilha Orçamentária (PO) e no Quadro de Composição de Investimento (QCI) anexos a este Termo de Referência.

1.2.1. Esse valor inclui:

- ✓ Custos diretos e indiretos dos serviços;
- ✓ Encargos sociais e trabalhistas;
- ✓ Benefícios e Despesas Indiretas (BDI);
- ✓ Impostos incidentes, inclusive ISS, conforme legislação municipal vigente;
- ✓ Mobilização, desmobilização e administração local da obra.

1.2.2. O valor está em conformidade com os limites definidos no **Emenda Parlamentar: 202523760005**, que contempla o Município de INDIAVAÍ/MT, o qual prevê:

- a) **Repassse:** R\$ 594.043,56 (Quinhentos noventa e quatro mil, quarenta e três reais e cinquenta e seis centavos);

1.2.3. A estimativa de valor foi elaborada com base nos referenciais da Data-base: SINAPI 07/2023 (sem desoneração) SICRO 04/2023, nos critérios definidos pela **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021**, art. 5º e seguintes e nas orientações do **TCU sobre estimativas de preços em obras**, como as contidas no **Acórdão nº 2622/2013 – Plenário**, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, que trata dos limites aceitáveis de BDI e dos parâmetros de pesquisa de preços em contratações públicas.



1.3. O detalhamento dos itens e subitens que compõem esse valor encontra-se na Planilha Orçamentaria disponível em anexos a este Termo de Referência

1.4. Todas as intervenções deverão seguir as especificações técnicas, memorial de cálculo, composições unitárias, cronograma físico-financeiro e o projeto executivo integrando os anexos deste Termo de Referência, observando os critérios de sustentabilidade definidos pela legislação vigente e as boas práticas administrativas exigidas pela Lei nº 14.133/2021.

1.5. Quando do recebimento da referida Ordem de Serviço, a empresa contratada deverá apresentar à PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, do (s) engenheiro (s) responsável (eis) técnico (s) e do (s) preposto (s) indicados pela empresa para a licitação.

1.6. Do não parcelamento do objeto

1.6.1. Não se verifica a viabilidade de parcelamento da solução em razão da necessidade da execução da solução completa por uma única contratada. Dessa forma, o objeto da contratação não é divisível. Da mesma forma, o parcelamento ou divisão em cotas, como nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto 8.538/2015, acarreta prejuízo ao conjunto do objeto, pois casos empresas diversas sejam contratadas, há um grande potencial de prejuízo em termos de economicidade. Igualmente poderá haver prejuízo em termos de eficiência, por conta de o risco de algum lote terminar fracassado (pela menor atratividade) e impactar diretamente e de forma negativa nos resultados projetados com a contratação. A contratação de uma solução unificada, por item único, funciona como medida mitigadora de riscos, busca dar máxima eficiência às aquisições pretendidas e ainda racionaliza a gestão e a fiscalização do contrato, considerando que o parcelamento apresenta grande potencial de se constituir em um ônus excessivo de gestão, com uma eventual multiplicidade de contratos sob a perspectiva de emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, conforme Acórdão 5301/2013 – Segunda Câmara TCU no informativo 167 de Licitações e Contratos – 2013.

1.6.2. Outrossim, faz-se necessário considerar aspectos básicos como o técnico e o econômico. No que se concerne ao primeiro requisito, ressalta-se que a divisão deste serviço acarretaria riscos de comprometimento da sua qualidade. Ainda sob perspectiva técnica, independe lançar luzes sobre a centralização da responsabilidade em uma única empresa contratada, mas somente em termos de facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado. Por outras palavras, em vista das razões técnicas, a execução do serviço, objeto deste instrumento, de forma integralizada, por um só se mostra mais satisfatório do que se fosse efetuada por vários.

2. JUSTIFICATIVA



2.1.1. O município de Indiavaí tem a necessidade de Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra de pavimentação asfáltica em Tratamento Superficial Duplo (TSD), com drenagem superficial, execução de calçadas acessíveis e sinalização viária horizontal e vertical, conforme projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas e demais documentos que integrarão o edital

2.2. Os trechos indicados apresentam situações críticas de trafegabilidade, conforme registrado no Relatório Fotográfico do memorial descritivo, com ocorrência de pontos de erosão, buracos, deficiência de drenagem, material de revestimento comprometido e vegetação lateral avançando sobre a plataforma viária.

2.3. As vias encontram-se em leito natural, ocasionando:

- Formação de poeira e lama;
- Dificuldade de trafegabilidade;
- Riscos de acidentes;
- Restrição de mobilidade urbana;
- Impactos à saúde pública.

2.4. A solução de pavimentação em TSD com capa selante — mostrou-se tecnicamente adequada para vias locais de trânsito leve, com melhor relação custo-benefício e maior durabilidade quando comparada às alternativas analisadas (pedra tosca e pavimentação poliédrica).

2.5. A execução dos serviços está vinculada ao Emenda Parlamentar: 202523760005, firmado entre o Município de INDIAVAÍ e o Governo Federal, que tem por objetivo apoiar municípios na melhoria da infraestrutura logística urbana, com foco na redução de custos de transporte, melhoria das condições de vida da população.

2.6. Dessa forma, a contratação se justifica como ação essencial para garantir o direito de ir e vir da população, promover o desenvolvimento urbano no acesso a políticas públicas e na qualidade de vida das famílias residentes no local.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A solução pretendida é a **contratação de empresa especializada em engenharia para execução de obra de pavimentação asfáltica urbana em Tratamento Superficial Duplo (TSD)**, com capa selante, drenagem superficial, execução de guias e sarjetas, calçadas acessíveis e sinalização viária horizontal e vertical, nas vias localizadas na Cohab Vila Mariana, Centro, no Município de Indiavaí/MT, com área total de **2.785,62 m²**, conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos que integram o processo, que deverão ser executados em diversas vias, sendo as seguintes:

- RUA JOSÉ MARIANO, RUA 13 DE MAIO,
- RUA VEREADOR V. ARTHUR DA CONCEIÇÃO TRECHO-1 E TRECHO-2
- RUA MATO GROSSO
- RUA ANTENOR MODESTO
- RUA PROJETADA 1, MT-180 E
- RUA PROJETADA 2



3.2. A empresa prestadora de serviço responsabilizar-se-á por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação necessária à execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista e quaisquer outros que incidam sobre o objeto desse certame, sendo da seguinte forma:

3.2.1. Os serviços deverão ser iniciados conforme solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura, em locais e datas já definidos no objeto e nas conformidades do projeto básico, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos que integram este Termo de Referência.

3.2.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns de Engenharia, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

3.2.3. A obra compreenderá, dentre outros, os seguintes serviços principais:

a) Terraplanagem e preparo do subleito, com regularização e compactação em condições de receber as camadas superiores do pavimento;

b) Execução das camadas de reforço de subleito, sub-base e base, quando previstas em projeto, com material de empréstimo e compactação até atingir os níveis de resistência requeridos pelo dimensionamento;

c) Execução de imprimação da base, previamente à execução do revestimento, para aumento de coesão superficial, aderência e impermeabilização das camadas superiores;

d) Execução do TSD com capa selante, consistindo na aplicação de duas camadas de agregados britados ligados por banhos de emulsão asfáltica RR-2C, e aplicação posterior de capa selante (emulsão asfáltica diluída em água, seguida de camada de areia), visando permitir a liberação do tráfego e proteção do revestimento recém executado;

e) Execução de drenagem superficial por meio de guias e sarjetas ao longo do trecho de pavimentação, como elementos do sistema de escoamento de águas pluviais, conforme locação, cotas, perfis transversais, detalhes e dimensões dos projetos;

f) Implantação de sinalização de obra durante a execução, com isolamento e sinalização do entorno das frentes de serviço, conforme necessário para segurança de pedestres, trabalhadores e veículos;

g) Implantação de sinalização viária horizontal e vertical definitiva, conforme projeto específico de sinalização, normas do CONTRAN e do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito;

h) Execução de calçadas acessíveis em concreto, incluindo faixas de circulação, rampas de acessibilidade, rebaixamentos de guias e demais elementos previstos no projeto;

i) Demais serviços e adequações necessárias à completa execução dos serviços, conforme o conjunto de peças técnicas (memorial, projetos e planilhas).

3.3. A execução deverá observar as normas técnicas do DNIT aplicáveis ao TSD, imprimação, regularização de subleito, base e sub-base, bem como normas da ABNT pertinentes à pavimentação urbana, acessibilidade em calçadas e sinalização viária.



- 3.4. Compete à contratada realizar visita ao local antes do início da execução, para conhecimento pleno das condições de acesso, topografia, características do solo e entorno urbano e ambiental.
- 3.5. O isolamento e a sinalização de seus locais de trabalho, tanto quanto à circulação de pessoas no local, quanto em relação à sua interação com o sistema viário municipal, devem atender os devidos preceitos de segurança e, em especial, as normas de sinalização temporária, contexto em que se deve observar o Manual de Sinalização Temporária emitido pelo CONTRAN.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Os serviços estão divididos em frentes de trabalho por trecho de via urbana, conforme os quantitativos descritos no memorial descritivo e na planilha orçamentária, com as seguintes atividades essenciais (adequadas ao escopo de pavimentação em TSD):
 - 4.1.1. da plataforma da via com perfil transversal em abaulado (3 %), para facilitar o escoamento superficial da água das chuvas para as sarjetas;
 - 4.1.2. Aplicação, quando previsto, de camada de reforço de subleito ou base granular, com espessura compactada definida em projeto, atendendo ao grau de compactação mínimo especificado (Proctor intermediário ou outro definido nas composições);
 - 4.1.3. Limpeza da área de implantação das calçadas e guias, com retirada de vegetação e detritos, incluindo a adequação das faixas de domínio necessárias à execução das obras;
 - 4.1.4. Serviços de drenagem superficial, com execução de guias, sarjetas, bocas de lobo, dispositivos de coleta e condução de águas pluviais, “bigodes” e saídas d’água, conforme projeto;
 - 4.1.5. Transporte de materiais, incluindo o deslocamento de agregados, ligantes asfálticos e demais insumos até os locais de aplicação;
 - 4.1.6. Mobilização, desmobilização e administração local da obra;
 - 4.1.7. Sinalização provisória de segurança durante a execução dos trabalhos.
- 4.2. Os materiais de pavimentação (cascalho para reforço, britas para TSD, ligantes asfálticos, concreto para guias, sarjetas e calçadas, etc.) deverão atender às especificações técnicas de granulometria e resistência compatíveis com uso em vias urbanas, conforme previsto nas composições unitárias e no projeto executivo.
- 4.3. Os insumos utilizados devem estar em conformidade com os padrões da Tabela SINAPI e os preços de referência estabelecidos no projeto.
- 4.4. Os equipamentos a serem utilizados devem estar em boas condições operacionais e compatíveis com os serviços a executar.
- 4.5. Os serviços deverão seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas do DNIT e ABNT aplicáveis à pavimentação urbana em TSD e à drenagem superficial, bem como manuais técnicos de pavimentação urbana adotados pela Administração.
- 4.6. A compactação do solo e das camadas granulares será verificada por ensaios de campo, sendo exigido laudo técnico nos pontos determinados pela fiscalização;
- 4.7. A fiscalização poderá exigir a substituição de materiais ou procedimentos que não atendam ao padrão mínimo estabelecido.
- 4.8. Todas as especificações, quantidades e padrões de execução estão detalhados nos seguintes documentos, que integram este Termo de Referência:



- a) Relatório de Projeto;
- b) Memorial Descritivo;
- c) QCI – Quadro de Composição de Investimento;
- d) Planilha Orçamentária (PO);
- e) Composições Unitárias (SINAPI/SICRO);
- f) Cronograma Físico-Financeiro;
- g) Relatório Fotográfico.

5. DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

- 5.1. Todos os serviços deverão ser executados com padrões de qualidade compatíveis com as normas técnicas aplicáveis à pavimentação asfáltica em TSD, drenagem superficial, calçadas acessíveis e sinalização viária, garantindo a durabilidade, a trafegabilidade e a segurança dos usuários.
- 5.2. Os trabalhos deverão observar rigorosamente as especificações constantes no projeto técnico, nas composições de custos unitários, no memorial descritivo e nas orientações do Manual de Conservação Rodoviária – IPR 710/2005 (DNIT), documentos estes que integram este Termo de Referência.
- 5.3. Os materiais empregados na obra, em especial o cascalho utilizado no revestimento primário, deverão atender aos requisitos de granulometria, resistência e umidade definidos nas composições e no projeto executivo. O material utilizado de CBUQ deverá estar previamente aprovada pela fiscalização, e os volumes aplicados deverão corresponder aos quantitativos contratados.
- 5.4. O processo de compactação da plataforma deverá garantir índice de compactação igual ou superior a 100% do Proctor intermediário, com verificação por meio de ensaios técnicos e medições em campo, sempre que requerido pela equipe de fiscalização.
- 5.5. O serviço de reconformação da plataforma deverá respeitar o perfil transversal de abaulamento de 3 %, com escoamento eficiente da água para as laterais da via e sarjetas, evitando pontos de acúmulo e erosão. As sarjetas e saídas d'água deverão ser dimensionadas para garantir a drenagem superficial adequada.
- 5.6. As medições dos serviços executados serão realizadas com base em critérios técnicos, observando o avanço físico apurado em campo, com registros em diário de obra, fotos geotiquetadas e relatórios assinados pelo responsável técnico.
- 5.7. Qualquer serviço executado em desacordo com os padrões estabelecidos será rejeitado, devendo ser refeito sem ônus adicional para a Administração, no prazo fixado pela fiscalização.
- 5.8. A qualidade dos serviços será verificada ao longo da execução por meio de:
 - a) Ensaios de compactação e verificação de espessura;
 - b) Análise da conformação geométrica da via e dos dispositivos de drenagem;
 - c) Conferência dos volumes aplicados (revestimento, cortes e aterros);
 - d) Avaliação da regularidade e estabilidade da plataforma e da superfície de rolamento;
 - e) Verificação da acessibilidade e das condições das calçadas executadas;
 - f) Verificação da correta implantação da sinalização horizontal e vertical.



- 5.9. Ao final da obra, a contratada deverá entregar relatório final de execução, acompanhado de documentação fotográfica, medições e declaração técnica de conformidade, assinada por seu responsável técnico, como condição para aceite definitivo.

6. SUSTENTABILIDADE

- 6.1. A execução dos serviços deverá observar os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, conforme previsto no art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, e nas boas práticas de sustentabilidade socioambiental adotadas pela Administração Pública.
- 6.2. Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável.
- 6.3. Deverão ser observadas, quando aplicáveis, as seguintes práticas:
- a) Utilizar material de jazida local previamente autorizada, reduzindo o impacto ambiental com transporte de longa distância e diminuindo emissões de gases de efeito estufa;
 - b) Minimizar o desmatamento e reaproveitar, quando possível, os resíduos vegetais oriundos da limpeza da área para proteção de taludes e controle de erosões;
 - c) Implantar drenagem superficial eficiente, evitando processos erosivos, assoreamento de corpos hídricos e degradação do solo, promovendo a infiltração controlada da água da chuva;
 - d) Promover o uso de equipamentos com manutenção regular e controle de emissão de poluentes, além de planejar a logística de execução para reduzir o consumo de combustível;
 - e) Priorizar a contratação de mão de obra local, quando possível, promovendo a geração de renda e o desenvolvimento socioeconômico da comunidade beneficiada;
 - f) Reduzir a produção de resíduos e promover o reaproveitamento de insumos sempre que tecnicamente viável;
 - g) Atuar de forma preventiva quanto aos impactos sobre fauna e flora nativa nas áreas de influência da obra, respeitando áreas de preservação permanente.
- 6.4. Observar, no que couber, as práticas de sustentabilidade ambiental, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, tais como:
- Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;
 - Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 - Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades objeto do Contrato;

7. SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1. Para as atividades que não constituem o escopo principal do objeto, é permitida a subcontratação até o limite de 25% do orçamento, desde que expressamente autorizado pela Prefeitura de INDIAVAÍ/MT.
- 7.2. A subcontratação se justifica por se tratar de uma obra que contempla serviços complementares as atividades comuns, necessitando de empresas com atuação em atividade



específica e tem como fundamentação legal o art. 122 da Lei n. 14.133/2021. A subcontratação pode assim trazer celeridade na execução da obra, diminuindo transtornos à população.

7.3. A subcontratação não exclui a responsabilidade do contratado perante a administração pública quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado, neste caso o contratado deverá apresentar documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou do serviço subcontratado.

7.4. Por fim, não há a exigência de que os licitantes subcontratem obrigatoriamente microempresa ou empresa de pequeno porte, visto que o art. 48, II, da LC 123 de 2006 faculta e não obriga a administração exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte.

8. Visita técnica

8.1. Considerando que na presente licitação a AVALIAÇÃO PRÉVIA do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, nos termos do Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha e cronograma Físico Financeiro que fazem parte integrante deste Termo de Referência.

8.2. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado com a Secretaria de Obras, pelo e-mail: pmindiavaei@licitacao@gmail.com, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.3. Caso a licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.4. Quaisquer informações quanto às visitas poderão ser obtidas pelo Telefone: 6599699-3455 ou E-mail: pmindiavaei@licitacao@gmail.com.

9. DA PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

9.1. Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da convocação formal pelo Contratante, para assinar o Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

9.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

9.3. **O prazo para a execução dos trabalhos será de 120 (cento e vinte) dias corridos** para a conclusão integral dos serviços contratados, contados da assinatura do contrato, bem como estabelecido no Cronograma Físico-Financeiro e demais documentos técnicos que integram este Termo de Referência.

9.4. **O prazo de vigência do contrato será de 8 (oito) meses**, contados a partir da sua assinatura, considerando os trâmites administrativos e as atividades de encerramento contratual, como a entrega dos relatórios finais, medições, aceite definitivo e eventuais ajustes técnicos solicitados pela fiscalização. Os prazos estabelecidos poderão ser prorrogados mediante justificativa formal da CONTRATADA, desde que a solicitação seja tempestiva e tecnicamente fundamentada, observando os critérios do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.



10. EXECUÇÃO DO OBJETO E SUAS CONDIÇÕES

10.1. Sem prejuízo das demais obrigações legais, contratuais e previstas neste Termo de Referência, caberá à CONTRATADA:

10.1.1. Executar os serviços contratados com estrita observância às especificações técnicas, quantitativos, projetos, cronogramas e normas aplicáveis, garantindo a qualidade e a durabilidade das intervenções;

10.1.2. Iniciar os serviços no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após o recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Administração.

10.1.3. Apresentar, ao final da execução, relatório final completo contendo:

- a) Medição, consolidada;
- b) Relatório técnico assinado pelo responsável;
- c) Fotografias finais;
- d) Termo de encerramento da equipe técnica.

10.1.4. Manter a Administração informada sobre quaisquer fatos que possam comprometer o cumprimento do contrato, inclusive casos fortuitos ou de força maior, sob pena de responsabilidade administrativa e contratual.

10.1.5. E ainda:

- a) A CONTRATADA deverá definir um responsável da equipe técnica para o serviço como coordenador, tendo a responsabilidade e a autoridade para cumprir e fazer cumprir as ações definidas como premissas pelo CONTRATANTE.
- b) A CONTRATADA deverá manter funcionários em quantidade suficiente para cada tarefa/atividade da obra, empregando sempre mão de obra qualificada para cada atividade. Para isso, a CONTRATANTE poderá a qualquer tempo, solicitar documento comprobatório de que o funcionário está habilitado e capacitado para manusear ou operar os equipamentos e/ou maquinários, bem como familiarizado com a execução da tarefa em questão.
- c) A CONTRATADA deverá definir as competências necessárias para manter a gestão e a boa execução dos serviços contratados considerando cada função atribuída ao profissional habilitado.
- d) A CONTRATADA deverá ser conhecedora das normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços. Portanto, não será aceita nenhuma alegação por parte da CONTRATADA que esta ou aquela norma/legislação não está contemplada neste termo de referência.
- e) A CONTRATADA deverá ter domínio sobre os serviços que serão executados por ela.
- f) A CONTRATADA deverá ter ciência sobre as características locais, principalmente quanto ao período de chuva na região, portanto, não será aceita alegação de atraso na execução da obra devido às chuvas nem devido a condições topográficas ou geológicas.



g) A CONTRATADA deverá manter os locais, onde forem realizados os serviços, sinalizados e isolados do público por placas, faixas, fitas, tapume, telas, etc., com o fim de evitar riscos de acidentes aos usuários locais e ao pessoal da empresa.

h) A CONTRATADA deverá refazer a obra ou serviço, que durante o prazo de garantia, venha a apresentar defeitos construtivos ou quaisquer outros vícios que, venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que, para a sua ocorrência, não tenha contribuído, por ação ou omissão da CONTRATANTE.

10.2. DA MÃO DE OBRA A SER EMPREGADA

a) A CONTRATADA deverá manter funcionários em quantidade suficiente para cada tarefa/atividade da obra, empregando sempre mão de obra qualificada para cada atividade. Para isso, a CONTRATANTE poderá a qualquer tempo, solicitar documento comprobatório de que o funcionário está habilitado e capacitado para manusear ou operar os equipamentos e/ou maquinários, bem como familiarizado com a execução da tarefa em questão.

b) Os funcionários deverão ser registrados pela CONTRATADA com assinatura da CTPS, com exceção daqueles oriundos de empresas terceirizadas.

c) Não será permitida, em hipótese alguma, a utilização de mão de obra sem que o funcionário esteja devidamente registrado na empresa ou sem contrato de prestação de serviços.

d) Todos os funcionários deverão estar devidamente uniformizados, identificados e utilizando equipamentos de segurança;

e) A CONTRATADA deverá ser conhecedora e observar rigorosamente as orientações das Normas Regulamentadoras – NR's do Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho, em especial a NR 18 e NR 5.

f) A CONTRATADA deverá fornecer aos seus funcionários todos os EPI's e promover a substituição destes sempre que necessário, conforme a periodicidade estipulada em NR ou quando o EPI não oferecer mais segurança ao funcionário, o que ocorrer primeiro.

g) Em caso do descumprimento das normas de segurança do trabalho, a FISCALIZAÇÃO poderá notificar a CONTRATADA e, em caso de reincidências, aplicar as sanções previstas no edital.

h) O canteiro de obras deverá ser devidamente preparado de acordo com as recomendações da NR18, levando-se em consideração o número máximo de funcionários por turno, de forma a garantir aos funcionários da CONTRATADA saúde, segurança e conforto.

10.3. DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS A SEREM EMPREGADOS

a) A CONTRATADA deverá fornecer máquinas, equipamentos e ferramentas em quantidades suficientes a execução de cada tarefa/atividade da obra, conforme cada fase do cronograma.



- b) Os equipamentos sempre deverão apresentar boa qualidade, revisados e com manutenções preventivas em dia, de forma a zelar pela integridade dos mesmos e garantir a segurança dos operadores e funcionários que estejam trabalhando no local de utilização.
- c) A CONTRATADA deverá sinalizar adequadamente, bem como promover o controle de acesso aos locais de manuseio e operação de equipamentos que possam causar acidentes.
- d) Caminhões e demais equipamentos que se locomovem no canteiro deverão ser dotados de aviso sonoro quando da operação em marcha ré, ou em qualquer tipo de movimento como plataformas elevatórias.
- e) Todo e qualquer tipo de equipamento/máquina somente poderá ser manuseado/operado por profissional devidamente habilitado e capacitado para tal. Para isso, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar, a qualquer tempo, da CONTRATADA certificados que atestem a capacidade do operador para o equipamento em questão.
- f) Em caso de não observância pela revisão e manutenção dos equipamentos e maquinários, inclusive em caso de operação destes por funcionário não habilitado e capacitado, a FISCALIZAÇÃO poderá notificar a CONTRATADA e, em caso de reincidências, aplicar as sanções previstas no contrato.
- g) Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade e, estarem de acordo com as especificações, devendo ser submetidos à aprovação da FISCALIZAÇÃO, com exceção de eventuais serviços de remanejamento onde estiver explícito o reaproveitamento.
- h) A CONTRATADA deverá submeter à FISCALIZAÇÃO, amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes de executá-los. Se julgar necessário, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informação por escrito dos locais de origem dos materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos.

10.4. DO DIÁRIO DE OBRAS

10.4.1. Caberá à CONTRATADA o fornecimento e manutenção do "Diário de Obras", devidamente numerado e rubricado pela FISCALIZAÇÃO e pela CONTRATADA diariamente, que permanecerá disponível para escrituração no local da obra, contendo, no mínimo:

- a) Registro diário das condições climáticas;
- b) Registro das equipes e equipamentos presentes;
- c) Descrição sucinta dos serviços executados;
- d) Ocorrências relevantes, inclusive ordens de serviço e determinações da fiscalização;
- e) Registros fotográficos periódicos;

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente.

11.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, a ser designado dentre os servidores da PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), que consistirão na verificação da conformidade da prestação dos serviços e técnicas empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Secretaria de Obras/PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT, que deverá(ão) ter a qualificação técnica necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

11.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

11.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

11.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

11.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

11.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

11.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

11.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

11.7.7. Em caso descumprimento contratual ou fraude na sua execução, deverá o gestor do contrato tomar as providências para sua apuração.



11.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

11.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

11.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

11.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

11.9.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

11.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

11.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

11.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

11.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

11.13. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT poderá convocar o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

12. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

representantes do CONTRATANTE, especialmente designados, na forma do art. 117 da Lei nº. 14.133/2021.

12.2. Nos termos do Art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado um representante do CONTRATANTE para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o Art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

12.4. O representante do CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ordem de Fornecimento, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.5. É dever da fiscalização verificar o descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, e notificar suas chefias imediatas, de modo que, dependendo do nível e da gravidade do descumprimento, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

12.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

12.7. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistirão na verificação da conformidade da prestação dos serviços e técnicas empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Secretaria de Obras/PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT.

12.8. O(s) representante(s) da Secretaria de Obras/PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT deverá(ão) ter a qualificação técnica necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

12.9. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência e no contrato.

12.10. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do Contrato, o Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução do objeto contratado, podendo para isso:

12.11. A fiscalização deverá emitir informação ou relatório a respeito de todos os atos da Contratada relativos à execução do Contrato, quando couber, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações, prorrogações e rescisão do Contrato;

12.12. Todas as ocorrências devem ser documentalmente comprovadas e anexadas ao Relatório.

12.13. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistirão na verificação da conformidade da prestação dos serviços e técnicas empregados, de forma a assegurar o perfeito



cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Secretaria de Obras/PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT.

12.14. A Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do Contrato, o Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução do objeto contratado, podendo para isso.

12.15. Todas as ocorrências devem ser documentalmente comprovadas e anexadas ao Relatório.

12.16. A execução dos serviços será acompanhada e obrigatoriamente fiscalizada por um representante da CONTRATANTE na figura do Fiscal de Obra e contrato nomeado por portaria de designação da PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT, ao qual incumbirá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas e defeitos observados. O recebimento, aceitação e atestado dos serviços decorrerão necessariamente de verificação efetiva de sua execução.

12.17. À FISCALIZAÇÃO, designada pela CONTRATANTE antes do início do serviço, competirá o controle e fiscalização da execução da obra em suas diversas fases, decidir sobre dúvidas surgidas no decorrer da construção, efetuar anotações diárias em livro apropriado, proceder às medições dos serviços e manter o CONTRATANTE informado quanto ao andamento das obras e das ocorrências que devam ser objeto de apreciação superior.

12.18. As exigências da FISCALIZAÇÃO se basearão nas especificações e nas Normas vigentes.

12.19. A fiscalização será realizada em conformidade as portarias publicadas, onde disporá sobre o Fiscal de Contrato e o Gestor de Contrato no âmbito da Prefeitura Municipal de INDIAVAÍ.

12.20. A presença da FISCALIZAÇÃO designada pela CONTRATANTE na obra não diminuirá a responsabilidade da CONTRATADA quanto à perfeita execução dos trabalhos.

12.21. A qualidade dos serviços e materiais aplicados será realizado por FISCALIZAÇÃO específica do Núcleo de Fiscalização que também será responsável pela emissão do TRD – Termo de Recebimento Definitivo da Obra.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado por meio de medições aferidas dos valores e porcentagens constantes na planilha orçamentária ofertada pela LICITANTE vencedora. Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento de nota fiscal referente à medição realizada, e quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação no certame, e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido a CONTRATADA.

13.2. O pagamento da integralidade dos valores pactuados no contrato não importará como aceitação ou recebimento definitivo da obra e dos serviços objeto desta licitação, bem como não isentará a Contratada de quaisquer responsabilidades e obrigações contratuais e extracontratuais.

13.3. Para efeito de pagamento, serão considerados ainda os seguintes:

I. O pagamento será efetuado pelo contratante em favor da contratada mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, data a ser definida, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do contratante.



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

II. O pagamento será realizado somente sobre os serviços executados, ou seja, não será permitido o pagamento de materiais e/ou equipamentos apenas adquiridos ou postos em obra sem a devida instalação.

III. A antecipação da execução de etapas/serviços em relação ao prazo previsto no cronograma físico-financeiro deverá ser aprovada previamente pela FISCALIZAÇÃO sob pena de a CONTRATADA somente ter o direito de receber estes apenas quando decorrido o prazo previsto na programação de desembolso.

IV. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

V. Nenhum pagamento isentará o CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

VI. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do CONTRATADO.

VII. Certidão de Negativa de Débito (CND) da Fazenda Federal, Estadual, e Municipal do domicílio ou sede da contratada, consistindo em certidão ou documento equivalente, emitido por órgão competente, e dentro do prazo de validade, expresso nas próprias certidões ou documentos;

VIII. Prova de regularidade para com a Procuradoria da Fazenda Nacional e para com a Procuradoria Geral do Estado, nos casos em que não sejam emitidas em conjunto às regularidades fiscais;

IX. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, em plena validade relativa à contratada;

X. Prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, em plena validade, relativa à contratada.

XI. Certidão de Débitos Trabalhistas (TRT)

13.4. As medições, para apuração da execução das etapas previstas no cronograma físico-financeiro apresentado pela Contratada, serão realizadas por requerimento da Contratada, ou ainda de ofício pela PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT.

13.5. As medições dos serviços executados serão realizadas mensalmente, em caráter ordinário, ou a qualquer tempo, em caráter extraordinário, cuja justificativa deve constar no respectivo procedimento, conforme juízo de conveniência e oportunidade da Administração.

13.6. A primeira medição poderá ser realizada após a expedição da “Ordem de Serviço”, e no mês em curso no qual aquele documento fora emitido; e a última medição será realizada após a conclusão da obra, independentemente da previsão mensal das medições.

13.7. O pagamento referente à última medição ficará condicionado à emissão de Termo de Recebimento Definitivo.

13.8. Nos meses em que não forem realizadas medições na obra, e não existindo ordem de paralisação da obra por parte da Administração, deverá ser lançada medição igual a “zero” no controle e acompanhamento financeiro do contrato, com expresso e formal registro de justificativa



para aquela situação, como também deverá ser atualizado o cronograma físico-financeiro, o qual deverá vir acompanhado de cópia do “Diário de Registro de Obra” e “Relatório Fotográfico”, que demonstrem o acompanhamento da obra por parte dos fiscais da PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT.

13.9. A medição igual a “zero”, sem justificativa apresentada e aceita pela PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT, caracterizará abandono ou inexecução da obra e contrato, ensejando a adoção das medidas cabíveis de responsabilização da Contratada, previstos neste Edital e no Contrato.

13.10. As equipes de fiscalização, ou servidores designados como fiscais, da PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT deverão elaborar, a planilha de medição, verificando a conformidade quantitativa e qualitativa dos serviços executados no período.

13.11. A planilha de medição será elaborada conforme planilha de preços contratada, inclusive seguindo o mesmo padrão de unidades, medindo somente os serviços efetivamente executados.

13.12. As medições deverão conter planilha dos serviços executados, cronograma físico-financeiro atualizado, cópia do diário de obras, e relatório fotográfico comprovando a evolução dos serviços no período.

13.13. Toda medição, ao final, deverá conter a anuência da Contratada, mediante assinatura do Responsável Técnico e do representante Legal da Contratada.

13.14. Somente após a confecção da Planilha de Medição, a qual deverá ser elaborada no prazo de dez dias, contados do recebimento do requerimento da Contratada ou da expedição da Ordem de Serviço pela Administração (medição de ofício), poderá ser emitida a respectiva Nota Fiscal dos serviços executados, para fins de pagamento dos valores contratados pela PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT.

13.15. Depois de fechada a Planilha de Medição, a Contratada apresentará a Nota Fiscal à PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT, a qual será encaminhada ao fiscal do contrato, a quem caberá atestar a regular realização dos serviços, encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento.

13.16. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada para pagamento acompanhada da Planilha de Medição e demais documentos e certidões de regularidade fiscal (federal, estadual e municipal) exigidos por Lei.

14. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DA CONTRATADA

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

14.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Do tipo “MENOR PREÇO”

14.2. A escolha do tipo “Menor Preço” se justifica por ser esse o tipo mais vantajoso à Administração Pública, aumentando a competição entre as empresas participantes do certame, possibilitando assim, que a proposta vencedora seja realmente aquele de menor preço, dentro das especificações constantes no edital, gerando com isso, economia aos cofres públicos.

Da modalidade de licitação “CONCORRÊNCIA”

14.3. A escolha da modalidade “Concorrência” se justifica pela ampla publicidade na contratação da empresa que irá executar os serviços previstos, mas também pela possibilidade de atestar previamente que as empresas interessadas em participar do certame possuem os requisitos mínimo



de qualificação exigidos para execução do objeto a ser licitado, contido na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021. A Concorrência caracteriza-se como modalidade de licitação, sendo definida no art.28, inciso II, pela Lei n.14.133/2021, como adequada para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns de engenharia.

Do regime de Execução “EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL”

14.4. A escolha pelo regime de execução por empreitada por preço global é orientada pelo Acórdão 1.977/2013 – TCU e se justifica por se tratar, em regra, em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual;. Dessa forma, esta escolha se torna necessária para melhor mensuração dos valores em possíveis alterações de projeto, evitando ônus ao erário público.

Do modo de disputa “ABERTO”

14.5. O modo de disputa será aberto, de modo que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, aumentando a competição entre as empresas licitantes, possibilitando maior vantagem à administração pública, considerando o tipo e modalidade de licitação, conforme art. 56, I, da Lei nº. 14.133/2021.

Critérios de aceitabilidade de Preço

14.6. Regime de empreitada por preço global, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

14.7. O valor ofertado após a fase de lances (proposta realinhada) não poderá ser superior em relação ao valor ofertado inicialmente no item pelo licitante (proposta inicial), tampouco ser maior que o valor estimado para licitação.

14.8. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

14.9. As propostas apresentadas pelas licitantes deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, materiais, equipamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes, serviços, treinamento, deslocamentos de pessoal, transporte, garantia, lucro e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o valor do objeto licitado, constante da proposta, conforme exigências editalícias e contratuais, não sendo admitido pleito posterior em decorrência da exclusão de quaisquer despesas incorridas, nem reivindicar qualquer adicional de pagamento ou reajustamento de preços.

15. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Das regras gerais

15.1. Somente será admitida a participação neste certame de empresas que comprovem com documentos de registros ou autorizações legais, que explorem ramo de atividade compatível com o



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

objeto desta licitação e atenderem as exigências deste edital, correndo por sua conta todos os custos com a elaboração e apresentação da proposta.

15.2. A empresa interessada em participar deverá encaminhar a proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico observados data e horário estabelecidos no Edital.

15.3. Entende-se por Representante Legal Sócio proprietário ou pessoa munida de Procuração Pública ou Particular dando poderes a terceiros para representá-lo.

15.4. Não poderá participar direta ou indiretamente desta licitação:

- a) Pessoa física ou jurídica que elaborou o projeto de engenharia ou que forneceu subsídios para elaboração deste;
- b) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- c) O item b. também será aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante;
- d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que dele seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.
- e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- g) Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.
- h) Empresa que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;
- i) Só será permitida a participação de empresas em recuperação judicial e extrajudicial se comprovada, respectivamente, a aprovação ou a homologação do plano de recuperação pelo juízo competente e apresentada certidão emitida pelo juízo da recuperação, que ateste a aptidão econômica e financeira para o certame.
- j) Empresa cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto desta licitação;
- k) Empresa submissa a concurso de credores;
- l) Os licitantes que estejam reunidos em consórcio, qualquer que seja a sua constituição;
- m) Cooperativas;
- n) Servidor público ou ocupante de cargo em comissão da PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT ou responsável pela licitação ou empregado contratado pela Administração.
- o) Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o Licitante ou responsável pelos serviços, fornecimento e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.
- p) A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Termo de Referência e de seus Anexos, bem



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

15.5. Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ constante na proposta de preços.

15.6. No momento da apresentação da proposta, os interessados deverão apresentar comprovante do recolhimento do valor de 1% do valor da proposta da presente contratação à título de garantia da proposta, que poderá ser prestada nas modalidades do artigo 96 da Lei 14.133/2021.

15.7. O valor recolhido será devolvido aos licitantes que participaram do certame no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

15.8. O valor integral referente à garantia da proposta será executado no caso de recusa em assinar o contrato ou não apresentação dos documentos para contratação.

15.9. A não apresentação da garantia da proposta configura ausência de requisito de participação, com a consequente desclassificação da proposta e exclusão do licitante do certame.

15.10. A empresa deverá apresentar as seguintes documentações complementares com fundamento na Lei n. 14.133.2021:

- a) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.
- b) Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.
- c) Declaração que não possui em seu quadro de pessoal e societário servidor público do Poder Executivo Estadual nas funções de gerência ou administração, conforme o art. 144, inciso X da Lei Complementar Estadual nº 04/1990, ou servidor do órgão ou entidade contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- d) Declaração que não há sanções vigentes que legalmente o proíba de licitar e/ou contratar com o órgão ou entidade contratante.
- e) Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e Administração Pública.
- f) Declaração de que cumpre para todos os efeitos legais, atende plenamente os requisitos de habilitação exigidos no processo licitatório ou contratação direta, sob pena das sanções cabíveis.
- g) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- h) Declaração de que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Da participação de consórcios

15.11. Não será permitida a participação de consórcios, pois não se trata de objeto complexo e de grandes dimensões. E, dadas as características do mercado, as empresas podem, de forma isolada, participar da licitação, atender às condições e os requisitos de habilitação previstos neste Termo de Referência, e posteriormente executar o objeto. A vedação à participação de consórcio, nesta



situação, não acarretará prejuízo à competitividade do certame, e facilitará a análise dos documentos de habilitação, que certamente são mais complexos em se tratando de empresas reunidas em consórcio.

Da participação de cooperativas

15.12. Não será permitida a participação de COOPERATIVAS, visto que conforme entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União – TCU (Súmula Nº 281 de 11/07/2012), não é recomendável a participação de cooperativas em licitações que objetivam a contratação da prestação de serviços que envolvam a utilização de mão de obra.

Participação e benefícios da microempresa, empresa de pequeno porte

15.13. Conforme instituído pelos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 fica concedido e assegurado o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e ao disposto na Lei Complementar nº 147/2014.

15.14. Nos termos dos artigos 42 e 43 da LC nº 123/2006, de 14/12/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

15.14.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e Trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

15.14.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

15.15. A microempresa e empresa de pequeno porte que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela LC 123/2006 – 147/2014, deverão apresentar **Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º do art. 3º da LC 123/2006 – 147/2014.**

3.3.1. A falta de identificação no sistema, antes de envio da proposta acarretará preclusão dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.

15.16. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa, ou empresa de pequeno porte.

15.17. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

15.17.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela declarada classificada em primeiro lugar, situação em que sua proposta será classificada em primeiro lugar;

15.17.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocadas as empresas remanescentes, na ordem classificatória para o exercício do mesmo direito.



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

15.17.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

15.17.4. Na hipótese da não - contratação, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

15.17.5. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Concorrência deverá a Pregoeira considerar a proponente inabilitada, salvo as situações que ensejem a aplicação do disposto no item 5.4.5 “alínea b” ou da Lei Complementar nº 123/2006 – 147/2014.

15.17.6. As empresas que se enquadrarem na qualidade de ME/EPP deverão apresentar a **CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL**, emitida a menos de 60 (sessenta) dias da data de abertura das propostas deste edital.

A não entrega desta Certidão Simplificada ou da declaração indicará que a licitante optou por não utilizar os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

15.18. Para fins de habilitação jurídica, o licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

15.19. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

f) Registro comercial, no caso de empresa individual, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva e, no caso de sociedade por ações, acompanhada da documentação de eleição dos seus administradores;

g) Cédula de identidade ou outro documento de identificação com foto do representante da empresa licitante e do procurador se houver;

h) Procuração válida se for o caso;

i) No caso de sociedade empresária estrangeira, portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020

j) Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

15.19.1. **Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva**

15.20. **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

15.20.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ); podendo ser retirada no site www.receita.fazenda.gov.br

15.20.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação, podendo ser retirada no site: <http://www.sintegra.gov.br/>



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

15.20.3. Certidão Conjunta de Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária, podendo ser retirada no site: <https://www.gov.br/receitafederal>

15.20.4. Certidão Conjunta de Pendências Tributárias e Não Tributárias junto à Sefaz e a Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso;

15.20.4.1. Para as empresas sediadas em outras unidades da federação, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Débitos da Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário ou sede, desde que seja consolidada com a certidão da respectiva Fazenda Pública;

15.20.4.2. Nos casos em que não for possível a certidão consolidada, será suficiente a CND específica para participar de licitações, expedida pelo órgão competente do respectivo domicílio tributário ou sede.

15.20.5. Certidão de Regularidade com Tributos Municipais da Sede do Licitante;

15.20.6. Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); podendo ser retirada no site www.caixa.gov.br ;

15.20.7. - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; podendo ser retirada no site www.tst.jus.br/certidao;

15.21. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

15.21.1. Certidão Negativa de Falência e Concordata ou Recuperação Judicial, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, emitida a menos de 60 (sessenta) dias da data de abertura das Propostas deste Edital;

15.21.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira da empresa, conforme segue:

15.21.2.1. Empresas regidas pela Lei 6.404/76 (sociedade anônima):

a) Publicados em Diário Oficial; ou

b) Publicados em jornal de grande circulação; ou

c) Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante:

15.21.2.2. Empresas por cota de responsabilidade limitada (LTDA), Empresa Individual, Eireli, Sociedades Simples:

a) cópia do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, extraídos do Livro Diário com o Termo de abertura e encerramento com o “Termo de Autenticação” da Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio do licitante; ou

b) cópia do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado dos 02 (dois) últimos exercícios – DRE registrado na Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio do licitante.

15.21.3. Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital – ECD, consoante disposições contidas no Decreto 6.022/2007, regulamentado através da IN 2003/2021 da RFB e alterações, apresentarão documentos extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped na seguinte forma.



15.21.3.1. Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped, nos termos do Decreto 8.683/2016, desde que não haja indeferimento ou solicitação de providências.

15.21.3.2. Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.

15.21.3.3. Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.

15.21.4. A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações dos Balanços Patrimoniais, relativos aos 02 (dois) últimos exercícios, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para qualificação apenas resultados superiores a 1 (um) nos 02 (dois) exercícios exigidos.

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

15.21.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

11.1.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL:

11.1.1.1. A empresa deverá comprovar **qualificação técnica operacional** mediante a apresentação dos seguintes documentos:

d) **Qualificação Operacional:**

a).1. Registro/Certidão de inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da região da sede da empresa, **onde conste o profissional como responsável técnico da licitante.**

a).2. Comprovação da licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior como responsável técnico (Engenheiro Civil ou Arquiteto), devidamente reconhecido pelo Conselho Regional da Classe, comprovando seu vínculo mediante a uma das formas a seguir:

4. A comprovação do vínculo entre o (s) profissional (is) e a empresa poderá ser realizada mediante apresentação de Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, Contrato de Trabalho,



Contrato Social com o nome do profissional como sócio; ou Contrato de prestação de serviços, nos termos da legislação civil, observadas as demais exigências deste edital;

5. Será admitida à comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.
6. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e certidão do CREA ou CAU, devidamente atualizada.

a).3. Apresentação de atestado (s) operacional (is), emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, **em nome da empresa**, apresentado em papel timbrado, que comprovem a execução de serviços com características semelhantes ou superiores às do objeto licitado, que deverão comprovar a execução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo das seguintes parcelas de maior relevância:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PERCENTUAL	JUSTIFICATIVA TÉCNICA
5.0	Execução de pavimentação asfáltica em Tratamento Superficial Duplo (TSD), com capa selante	41,02%	Parcela que caracteriza o núcleo do objeto (pavimentação asfáltica urbana em TSD), com maior criticidade técnica para desempenho, durabilidade e liberação segura ao tráfego
5.0	DRENAGEM SUPERFICIAL – Execução de guias (meio-fio) e sarjetas	14,24%	Parcela crítica para conservação do pavimento e mitigação de patologias por água (impacta diretamente a durabilidade do TSD)

- ✓ Não será aceito atestado emitido pela própria licitante, sob pena de infringência ao princípio da moralidade, pois a licitante não possui impessoalidade necessária para atestar sua própria capacidade técnica.

e) Qualificação Técnico-Profissional:

b).1. Comprovação de que a empresa licitante dispõe, na data da abertura da sessão pública, de profissional (is) de nível superior em Engenharia Civil legalmente habilitado (s), com formação compatível com os serviços a serem executados, devidamente registrado (s) no CREA;

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PERCENTUAL	JUSTIFICATIVA TÉCNICA
5.0	Execução de pavimentação asfáltica em Tratamento Superficial Duplo (TSD), com capa selante	41,02%	Parcela que caracteriza o núcleo do objeto (pavimentação asfáltica urbana em TSD), com maior criticidade técnica para desempenho, durabilidade e liberação segura ao tráfego



5.0	DRENAGEM SUPERFICIAL – Execução de guias (meio-fio) e sarjetas	14,24%	Parcela crítica para conservação do pavimento e mitigação de patologias por água (impacta diretamente a durabilidade do TSD)

b).2. Apresentação de atestado (s) de Responsabilidade Técnica, emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, **em nome do(s) profissional (is) técnicos indicado (s)**, que comprovem a execução de serviços com características semelhantes ou superiores às do objeto licitado, limitando-se às parcelas definidas como de maior relevância técnica, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT) expedidas por Conselho, que comprovem ter o profissional executado de maneira satisfatória, compatíveis em características com o objeto desta licitação.

f) Apresentação de Pessoal Técnico, Instalações e Aparelhamento Adequados e Disponíveis

c).1. Declaração contendo a identificação da equipe técnica, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, o qual deverá conter, de forma pormenorizada:

II. Equipe mínima exigida:

- ✓ Engenheiro Civil: profissional legalmente habilitado, responsável pela missão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), acompanhamento, fiscalização e orientação técnica dos serviços executados.
- ✓ Mestre de obras: profissional de campo responsável pela condução das frentes de trabalho, organização da equipe, planejamento das etapas e execução das atividades no local.

II. Lista de equipamentos e instalações disponíveis à empresa, com indicação da posse, locação ou disponibilidade mediante contrato, quando for o caso, com a devida compatibilidade com as exigências técnicas do objeto.

III. Declaração formal emitida pela Licitante de que os equipamentos necessários para execução da Obra/Serviço de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso por ocasião de sua utilização. Esses equipamentos estarão sujeitos à vistoria “in loco” pela Contratante por ocasião de sua utilização e sempre que necessário.

15.22. IV. Os profissionais indicados pela Licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se, excepcionalmente, a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo gestor do contrato e ratificada pelo seu superior.

15.23. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

15.23.1. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS (Anexo V)



- a) Que em atendimento ao previsto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal e inciso V, não possuímos, em nosso quadro de pessoal, empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz e em nenhuma hipótese, menores de 14 (quatorze) anos.
- b) Que nenhum dos sócios e/ou diretores desta empresa ocupam cargo ou função de chefia ou assessoramento, em qualquer nível, no âmbito da Administração Pública do Município de Várzea Grande.
- c) Que a empresa não possui em seu quadro pessoal servidor público da ativa, em cargo efetivo, comissionado ou empregado público, no âmbito da Administração Pública do Município de Várzea Grande, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados.
- d) Que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei. (Art. 63, I, Lei nº. 14.133/2021).
- e) Que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (Art. 63, IV, Lei nº. 14.133/2021)
- f) Que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (Art. 63, §1º, Lei nº. 14.133/2021)
- g) Que sob as penas do art. 299 do Código Penal, teremos a disponibilidade, caso venhamos a vencer o certame, o objeto licitado para realizar a entrega no prazo previsto na Ata ou contrato, de acordo com a quantidade e especificações constantes no edital e seus anexos.
- h) Que estamos de pleno acordo e concordamos expressamente com todas as condições especificadas no edital e seus anexos do presente certame.

15.23.1.1. Certidão Negativa de Inidoneidade (Emitida no site:

https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:5112810213332:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO)

15.24. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

15.24.1. Complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

15.24.2. Atualizar documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

15.25. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Lei nº 14.133/2021 e art. 139 do Decreto Estadual nº 1.525/2022, que se restringe à juntada/encarte no sistema, após a abertura da sessão pública, de documento inexistente no momento da apresentação da proposta. Neste caso, o licitante não atende à condição exigida no Edital e por tal razão está inabilitado. Caso o documento esteja apenas ausente, isto é, existente no momento da apresentação da proposta, porém, por falha ou equívoco não tenha sido apresentado pelo licitante, deverá ser solicitado e avaliado pelo Pregoeiro.

15.26.1. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre os licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem



que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público

- 15.26.2. Os licitantes que reduzirem os preços ao valor da proposta classificada, terão seus documentos de habilitação analisados de acordo com os itens desta seção, com a finalidade de estarem previamente habilitadas e figurarem na relação de empresas remanescentes em caso de eventual desistência ou impedimento/cancelamento do licitante vencedor

16. INDICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 16.26. As despesas decorrentes desta prestação de serviço, objeto desta licitação, correrá pela seguinte dotação orçamentária:

Secretarias	Dotações Orçamentárias
Obras e Infraestrutura	(046) 15 451 0010 1010 (044) 15 451 0010 1010

17. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

17.26. Quando a obra e os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada comunicar, por escrito e mediante protocolo, tal fato à PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT, à qual competirá receber os serviços objeto da contratação e observará as disposições da Lei nº 14.133/2021, em especial os artigos 140 a 143, e será realizado em duas etapas conforme a seguir:

- a) **Provisoriamente:** expedido pelos fiscais da Secretaria de Obras/PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias após comunicação escrita da CONTRATADA, e só poderá ser emitido após aprovação de todos os serviços pela equipe de fiscalização da CONTRATANTE;

a.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da Contratada, devendo ser corrigidos no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do Fiscal da Contratada, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

a.2. Será formalizado após a conclusão dos serviços, com base em atestado emitido pela fiscalização, acompanhado de:

- Relatório técnico de execução;
- Boletins de medição final;
- Documentação fotográfica geoetiquetada.

- b) **Definitivamente:** expedido pelos fiscais da Secretaria de Obras/PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

b.1. será realizado após o prazo de verificação da conformidade do objeto com as exigências contratuais, observando-se:

- Atesto da equipe de fiscalização;
- Ausência de vícios construtivos ou falhas não sanadas;
- Regularidade na entrega de toda documentação técnica exigida;



- Conformidade dos serviços com o projeto e as especificações do Termo de Referência.

17.27. Constatados defeitos ou inconsistências na obra, compete à fiscalização rejeitá-los no todo ou em parte, conforme o caso, reduzir a termo o ocorrido e notificar o contratado para saneamento e/ou substituição, no prazo estabelecido no instrumento contratual (§ 2º do Art. 294 Lei Federal nº 14.133/2021).

17.28. Não sendo sanadas as irregularidades pelo contratado, deverá o fiscal do contrato encaminhar o caso à autoridade superior, para procedimentos inerentes à aplicação de penalidades (§ 3º do Art. 294 Lei Federal nº 14.133/2021).

17.29. Após a vistoria, a fiscalização comunicará oficialmente o contratado, indicando as correções e complementações consideradas necessárias ao recebimento definitivo, e estabelecendo o prazo para a execução dos ajustes, observado o disposto no art. 119 (§ 4º do Art. 294 Lei Federal nº 14.133/2021).

17.30. Havendo necessidade premente do serviço ou da aquisição, poderá o fiscal do contrato receber provisoriamente o objeto contratual realizado parcialmente, sem prejuízo de eventual glosa quando do recebimento definitivo (§ 5º do Art. 294 Lei Federal nº 14.133/2021).

17.31. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

18. ESPECIFICAÇÃO DAS GARANTIAS EXIGIDAS

Garantia obra

18.26. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

18.26.1. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da data da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, com prazo de vigência de 450 (quatrocentos e cinquenta) dias, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.

18.26.2. Conforme estabelece o Art. 98 da Lei 14.133/21, mediante opção por uma das seguintes modalidades:

a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, sendo estes emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus credores econômicos, definido pelo Ministério da Economia, **deverá ser prestada em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.**

b) **Seguro-garantia**, modalidade “Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e/ou do Prestador de Serviço”, representado por apólice de seguro emitida especialmente para esse fim, devendo ter como importância segurada o valor nominal da garantia exigida e como beneficiário o contratante, **sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.**

b.1) No seguro-garantia ainda é vedado cláusula prevendo a obrigação de comunicar a mera expectativa de sinistro por parte do contratante, bem como cláusula que permita a execução do objeto do contrato por meio de terceiros;



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

b.2) Deverá constar a modalidade “Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço”.

b.3) Deverá conter cláusula de “não cancelamento”, e ainda contemplar as hipóteses de inadimplemento das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, inclusive com destaque para as situações de multas contratuais ou atrasos no prazo de execução da obra por culpa do ADJUDICATÁRIO.

b.4.) O Art. 97 estabelece que o seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas por esta Lei:

I. o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

II. o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

c) Fiança bancária, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, devendo constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil, **deverá ser prestada em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.**

18.1.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

18.1.4. Caso houver atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias corridos na prestação da garantia contratual nas modalidades caução ou fiança bancária, o contratante poderá promover a retenção dos pagamentos devidos à contratada, até o limite do percentual estabelecido a título de garantia.

18.1.5. A retenção efetuada com base no subitem acima não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à contratada.

18.2. A garantia contratual deverá ter validade durante toda a vigência do CONTRATO.

18.3. A garantia contratual deverá ter validade durante toda a vigência do contrato e abranger um período de 90 dias corridos após o término da vigência contratual.

18.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) Prejuízos causados ao contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber não honradas pela contratada.

18.5. A garantia responderá pelo cumprimento das disposições do contrato, ficando o contratante autorizado a executá-la para cobrir multas, indenizações a terceiros e pagamentos de qualquer obrigação, inclusive no caso de rescisão.



18.5.1. Caso o valor ou o prazo da garantia seja insuficiente para garantir o contrato, a contratada providenciará, compulsoriamente, tantos aditamentos quantos forem necessários até o término da vigência do contrato.

18.6. No caso da utilização da garantia pelo órgão ou entidade contratante, por terem sido aplicadas penalidades à CONTRATADA este será notificado para repor a garantia no montante original, em até 20 (vinte) dias úteis, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidades.

18.7. O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

18.8. Será considerada extinta a garantia:

18.9. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

18.10. No prazo de 90 (noventa) dias corridos após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

18.11 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

18.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.

18.13. A validade e eficácia da GARANTIA DO CONTRATO deverá acompanhar toda a vigência do CONTRATO, inclusive devendo ser prorrogada, quando prestada na forma de seguro-garantia ou fiança bancária, quando ocorrer prorrogação do prazo do contrato.

18.14. A CONTRATANTE poderá, a seu exclusivo critério, perpetrar a rescisão contratual ou a execução da garantia original prestada, na hipótese de a GARANTIA DO CONTRATO não ser prorrogada por idêntico prazo de prorrogação do contrato.

18.15. A GARANTIA DO CONTRATO deverá ser reforçada sempre que houver acréscimo ao preço global final pactuado, de forma que sua importância se mantenha sempre equivalente a 5% (cinco por cento) do valor vigente contratado.

18.16. A GARANTIA DO CONTRATO ou o seu respectivo saldo remanescente, se houver, será restituída ou liberada em favor da CONTRATADA, desde que verificada a perfeita execução dos serviços, com o respectivo recebimento final do bem ou serviço objeto contratado, na forma da Lei nº 14.133/2021.

18.17. Não haverá qualquer restituição de caução em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a caução reverterá e será apropriada pelo CONTRATANTE.

18.18. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, conforme estabelecido no Art. 100 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.19. Seguro responsabilidade civil profissional:

18.19.1. É obrigatória a apresentação de apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Profissional das Empresas de Engenharia, Arquitetura e Agronomia nas obras, projetos e serviços contratados pelos órgãos da administração direta e indireta, fundações, empresas



públicas e sociedades de economia mista, em atendimento a Lei Estadual nº 10.407, de 27 de junho de 2016.

18.19.2. Deverá ser contratado com limite mínimo de indenização equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor integral do contrato, conforme Lei Estadual nº 10.407 de 27 de junho de 2016.

18.19.3. A Contratada deverá apresentar, após 10 (dez) dias da assinatura do Contrato, antes da emissão da ordem de serviço, Apólice de Seguro em nome do profissional responsável técnico pela execução da obra, projeto ou serviço, de acordo com a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, emitida e registrada junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso - CREA/MT, e caso couber Registro de Responsabilidade Técnica –RRT, emitido e registrado junto ao Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Mato Grosso-CAU/MT.

18.19.4. O Seguro de Responsabilidade Civil Profissional deverá ser específico para cada obra, projeto ou serviço, de acordo com a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT.

18.19.5. O Seguro de Responsabilidade Civil Profissional vigorará durante o período de execução da obra, ficando sob a responsabilidade do segurado atualizar seu valor sempre que incidir correspondente correção no montante contratual, bem como solicitar prorrogação de vigência da apólice se houver ampliação do prazo de execução da obra;

18.19.6. O Seguro de Responsabilidade Civil Profissional deverá ser contratado com limite mínimo de indenização equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor integral do contrato, conforme Lei Estadual nº 10.407 de 27 de junho de 2016.

19. FORMA, CONDIÇÃO, PRAZO DE PAGAMENTO E CRITÉRIO DE REAJUSTE

Prazo e forma de pagamento

19.1. O pagamento à contratada será realizado na forma de pagamento por eventos, conforme o modelo de execução adotado no Cronograma Físico Financeiro. Isso significa que os repasses ocorrerão condicionados à conclusão de etapas ou metas estabelecidas no Plano de Trabalho, conforme previsto na **Emenda Parlamentar-202523760005**.

- a) Cada etapa executada deverá ser devidamente comprovada por meio de:
- b) Boletins de medição física dos serviços realizados;
- c) Relatórios fotográficos geoetiquetados;
- d) Documentação técnica de acompanhamento (diário de obra, relatórios de fiscalização, laudos, quando aplicável);
- e) Nota fiscal compatível com os serviços executados;
- f) Certidões atualizadas de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

19.2. Toda a documentação será submetida à análise da fiscalização do contrato, que atestará a conformidade da execução com os projetos, especificações técnicas e cronograma físico-financeiro aprovado.

19.3. A liberação dos recursos ocorrerá somente após o atesto formal da fiscalização e da verificação da conformidade da execução, em consonância com os normativos federais.



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

- a) O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da aceitação da documentação completa e regular.
 - b) Este modelo de pagamento está em conformidade com Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023, que estabelece diretrizes para transferências voluntárias da União;
 - c) Decreto nº 7.983/2013, que trata da padronização de cronogramas e da execução por etapas;
 - d) Art. 145 da Lei nº 14.133/2021, que prevê o pagamento mediante etapas concluídas e atestadas.
- 19.4. Caso haja divergência entre a execução e os serviços contratados, os valores poderão ser glosados parcial ou integralmente, até a regularização da pendência, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas, cíveis ou penais.
- 19.5. A Administração poderá reter valores em caso de inadimplemento de obrigações trabalhistas, fiscais ou previdenciárias, conforme previsto nos artigos 121 e 122 da Lei nº 14.133/2021.

Índice de reajuste de preço

19.6. Durante a vigência do contrato o contratado poderá solicitar a revisão, reajuste ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei n. 14.133/2021, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

19.7. Os preços contratuais serão reajustados segundo o Decreto n. 1.054 de 07/02/94, alterado pelo Decreto 1.110 de 13/04/94, observado o disposto no art. 3º e seu § 1º da Lei 10.192 de 14/02/91, de acordo com o Índice Nacional da Construção Civil – INCC, conforme fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, respeitada a periodicidade mínima legal, mediante a seguinte fórmula:

$$R = V(I - I_o) / I_o$$

onde:

R = Valor da parcela de reajustamento procurado;

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato da obra ou serviço a ser reajustado;

I_o = Índice de preço verificado no mês base do orçamento da administração/PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT;

I = Índice de preço referente ao mês de reajustamento correspondente ao da data do adimplemento da obrigação.

19.8. Decorrido período superior a 1 (um) ano, contado da data de elaboração do orçamento base da PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT, o reajuste será aplicado pelos índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 (doze) meses.

19.9. A iniciativa e o encargo para o cálculo do reajustamento deverão ocorrer por conta da contratada, cabendo ao órgão ou entidade contratante a verificação do resultado obtido, e se houver concordância, aplicar o reajustamento dos preços com fundamentos nesses cálculos. Se equivocados, deverá ter o respectivo protocolo devolvido para as devidas correções apontadas pela Administração.



19.10. Para itens de contratos que necessitam ser reajustados por mais de um índice, as parcelas que compõe esses itens deverão ser desmembrados, passando cada parcela a ser corrigida pelo seu respectivo índice.

19.11. Não se admitirá nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

19.12. REVISÃO de preços poderá ser feita a qualquer tempo, desde que ocorram fatos imprevisíveis ou de difícil previsão, devidamente demonstrados e que tenham ocorridos após apresentação da proposta, com objetivo de restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que devidamente comprovados, mediante apuração por procedimento administrativo específico instaurado pela Administração.

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

Das obrigações da contratada

20.1. Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas neste Termo de Referência e de outras decorrentes da natureza dos serviços a serem prestados.

20.2. Retirar a Ordem de Serviço (OS) e dar início aos serviços demandados no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da convocação formal.

20.3. Executar o contrato conforme especificações deste Termo de Referência e da proposta apresentada, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

20.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do serviço.

20.5. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros que julgar necessários para recebimento de correspondência.

20.6. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes.

20.7. Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços contratados à que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela CONTRATANTE.

20.8. Indenizar terceiros e/ou a PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a CONTRATADA adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

20.9. A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços obedecendo, integral e rigorosamente, no que for pertinente, às respectivas normas da ABNT e legislações referentes a serviços de engenharia e arquitetura, no que tange à elaboração dos projetos e outras documentações técnicas.

20.10. Será admitida na execução dos serviços a mão de obra de presos e egressos, nos termos da Lei Estadual nº 9.879/2013 e legislação correlata.

20.11. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor.



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

- 20.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.
- 20.13. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 20.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 20.15. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço.
- 20.16. Manter preposto aceito pela CONTRATANTE nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.
- 20.17. Os profissionais indicados pela empresa para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverão participar do serviço objeto da contratação, admitindo-se a substituição nos termos da Lei nº 14.133/2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, mediante aprovação prévia desta administração.
- 20.18. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham incidir sobre o objeto da presente contratação.
- 20.19. A CONTRATADA deverá observar e atender os planos, programas e as condicionantes impostas no Licenciamento Ambiental, sendo o responsável por qualquer omissão do não atendimento quanto as questões ambientais.
- 20.20. Responsabilizar-se por todas as despesas com pessoal, equipamentos, impostos, alimentação, transporte, material, etc.
- 20.21. Fornecer Equipamentos de Proteção Individual - EPI'S e Equipamento de Proteção Coletiva – EPC's aos seus funcionários e fiscalizar o uso dos mesmos.
- 20.22. Atender a prestação dos serviços com pessoal devidamente qualificado e devidamente identificados, bem como, observar rigorosamente o cronograma de execução ou outras condições estabelecidas entre as partes.
- 20.23. Manter o Diário de Registro de Obra devidamente atualizado.
- 20.24. Observar rigorosamente o cronograma de execução ou outras condições estabelecidas entre as partes.
- 20.25. Aceitar, nas mesmas condições iniciais do contrato, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, dentro do limite permitido em lei.
- 20.26. Ao término dos serviços, a empresa contratada deverá comunicar ao contratante para recebimento provisório dos serviços contratados.
- 20.27. Refazer a obra ou serviço, que durante o prazo de garantia, venha a apresentar defeitos construtivos ou quaisquer outros vícios que venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que, para a sua ocorrência, não tenha contribuído, por ação ou omissão da CONTRATANTE.
- 20.28. Arcar com os custos de horas extras e jornadas de trabalho em período noturno, finais de semana e feriados (se for o caso), respeitando o que determina a Lei nº 605/49.



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

- 20.29. Promover treinamento dos trabalhadores para a prevenção de doenças e de acidentes no meio ambiente de trabalho na construção, bem como adotar medidas preventivas de segurança do trabalho.
- 20.30. Permitir a qualquer momento o acesso irrestrito no canteiro de obras, da equipe da FISCALIZAÇÃO da PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT.
- 20.31. Entregar a obra com todas as instalações e todos os equipamentos em perfeito funcionamento, inclusive com bom acabamento, sem avarias que possam afetar a utilização do mesmo.
- 20.32. A empresa CONTRATADA deverá realizar o controle tecnológico e todo tipo de ensaios pertinentes a cada serviço necessário à implantação da atividade;
- 20.33. Após a conclusão dos serviços, todo o local da obra e suas vias de acesso e adjacências deverão ser entregues limpos, sem material excedente, bem sinalizado e pronto para o uso.
- 20.34. Correrão por conta e responsabilidade exclusiva do CONTRATADO a retenção com destaque na nota fiscal de todos dos encargos tributários e fiscais devidos em decorrência de sua prestação de serviços, tais como imposto sobre a renda e proventos de natureza em conformidade da IN RFB 2.145, DE 26 DE JUNHO DE 2023, ou a que venha substituir.

Das obrigações da contratante

- 20.35. Emitir a Ordem de Serviço no prazo legal, autorizando o início da execução contratual;
- 20.36. Analisar e decidir sobre eventuais pedidos de prorrogação de prazo, reequilíbrio econômico-financeiro ou outras alterações contratuais, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- 20.37. Adotar medidas para garantir a segurança jurídica, a economicidade e a eficiência da execução contratual, zelando pelo interesse público e pela adequada aplicação dos recursos do Emenda Parlamentar: 202523760005.
- 20.38. Disponibilizar à CONTRATADA toda a documentação técnica necessária para a boa execução da obra, incluindo projetos, memoriais, cronogramas e orientações complementares;
- 20.39. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, desde que atendidas às condições estabelecidas em cláusula contratual, salvo a ocorrência de fatos imprevisíveis e supervenientes alheios à vontade da CONTRATADA.
- 20.40. Solicitar a paralisação, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 20.41. Designar por portaria, o(s) fiscal(s) da obra e do contrato, para a realização do seu acompanhamento e fiscalização.
- 20.42. Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias para perfeita execução do objeto contratado.
- 20.43. Promover, por meio de servidores designados pela Secretaria de Obras/PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela.
- 20.44. Promover, por meio de servidores designados para fiscalização pela Secretaria de Obras/PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT, no que couber, as orientações contidas na Instrução Normativa nº 02, de 30/04/2008, expedida pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (DOU de 23/05/2008), que dispõe sobre regras e diretrizes para contratação de serviços, realizando-se em qualquer caso a fiscalização a respeito da



higidez do meio ambiente de trabalho, em especial quanto à verificação do fornecimento e do uso de equipamentos de proteção individual.

20.45. Expedir formalmente, por escrito, as advertências, penalidades e multas dirigidas à CONTRATADA, observados os direitos ao contraditório e à ampla defesa.

20.46. Indicar e garantir a participação de representantes da CONTRATANTE nas reuniões com a CONTRATADA.

20.47. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

20.48. Os servidores designados para realização do acompanhamento e fiscalização do contrato deverão aferir os resultados da contratação, e efetuar:

20.49. Observação da execução dos serviços, se estão sendo realizados em conformidade com as exigências das normas e legislações vigentes, quando da elaboração dos projetos, orçamento e demais peças técnicas, e executados em conformidade com os projetos aprovados pela CONTRATANTE.

21. SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PACTUADAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

21.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- e) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- f) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- g) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
- h) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

21.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- c) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- d) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

21.4. Fraudar a licitação;

21.5. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- e) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- f) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- g) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- h) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.



21.6. O licitante que cometer qualquer das infrações descritas no item anterior será responsabilizado, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sendo garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

21.7. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- e) Advertência;
- f) Multa;
- g) Impedimento de licitar e contratar e
- h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

21.8. Os crimes contra a Administração Pública aos quais estão sujeitos os licitantes, processar-se-ão pela Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e pelo Código Penal, para fins de responsabilização das pessoas jurídicas, na esfera administrativa, civil e penal.

21.9. Na ocorrência de impugnação ou recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá aplicar a sanção estabelecida no art. 156, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

21.10. Constatada a possível prática de crime, assim definido na legislação, na execução da licitação ou contrato, o fato será comunicado à autoridade policial competente para apuração.

21.11. A sanção de multa será aplicada isolada ou cumulativamente com outras penalidades no caso de atraso injustificado ou em qualquer outro caso de inexecução que implique prejuízo ou transtorno à administração na forma prevista em Edital.

21.12. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

21.12.1. Para as infrações desta Seção, a multa será de 0,5% a 1% do valor do contrato licitado.

21.13. As hipóteses de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade estão dispostas nos §§ 4º e 5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

21.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos à Administração Pública decorrentes dessa conduta, a implantação/aperfeiçoamento de programa de integridade, a situação econômico-financeira do acusado, no caso de aplicação de multa, e a conduta praticada pelo infrator, bem como a intensidade do dano provocado segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

21.15. As penalidades de advertência e multa podem ser aplicadas cumulativamente e realizar-se-ão em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante, observando-se os procedimentos previstos em lei.

21.16. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de



direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

21.17. As sanções previstas nesta seção e no Termo de Referência, anexo deste Edital, não eximem o contratado da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Órgão/Entidade.

21.18. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

21.19. **DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

f) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

g) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato.

h) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

i) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

21.20. “prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

22. DA RESCISÃO:

22.1. O presente Termo Contratual poderá ser rescindido unilateralmente pela Secretaria de Estado de Educação - PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT ou bilateralmente, atendendo sempre a conveniência administrativa e o devido processo legal, devendo ser precedida de processo administrativo que garanta o contraditório e a ampla defesa acerca dos fatos imputados a CONTRATADA.

22.2. A critério da Secretaria caberá rescisão Contratual independentemente de interpelação judicial, quando a CONTRATADA:

a) Não cumprir ou cumprir irregularmente quaisquer das obrigações contratuais;

b) Paralisar os serviços/obras sem justa causa e prévia comunicação à PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT;



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

- c) Subcontratar total ou parcialmente os serviços/obras, conforme previsto na Cláusula Sexta deste instrumento, exceto nas hipóteses admitidas neste contrato;
- d) Reincidir nas multas previstas na Cláusula Décima Sexta deste Contrato;
- e) Decretar falência;
- f) Outros casos previstos na Lei nº 14.133/2021;
- g) Não apresentar em até 15 (quinze) dias úteis após a assinatura deste Contrato, as apólices de Seguro Risco de Engenharia e de Responsabilidade Civil Profissional, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da Obra, comprovação da matrícula/cadastro específico da obra no INSS (CNO), Alvará de autorização expedido pela Prefeitura Municipal e Apresentação do Livro de Obras.

22.3. No caso de rescisão, unilateral ou bilateral, a CONTRATADA receberá o valor dos serviços/obras executados e atestados pela fiscalização, salvo se instaurado processo administrativo que resultar em sanção “multa”, sendo possível ser descontada a garantia contratual.

22.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 304 motivada nos incisos III a VII do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.5. Em qualquer das hipóteses suscitadas a PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT não reembolsará ou pagará à CONTRATADA qualquer indenização ou outros direitos a seus empregados por força da Legislação Trabalhista e Previdência Social, tampouco o custo de desmobilização.

22.6. A rescisão determinada por ato unilateral e escrito da Administração, acarretará as consequências/direitos previstos no art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Os serviços objeto desta licitação serão fiscalizados pelos servidores, fiscais de contrato, devidamente designados para este fim, publicados e listados no termo de contrato.

23.2. e suprimidas pela COMISSÃO da Prefeitura Municipal de Indavaí-MT.

24. DOCUMENTOS INTEGRANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA

24.1. São partes integrantes deste Termo de Referência:

O presente Termo de Referência foi elaborado com base no Projeto Básico aprovado pela Secretaria de Obras – PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT, estando adequado às normas pertinentes.

Elesandro Venâncio da Silva
Secretário de Obras e Infraestrutura



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

ANEXO III – CARTA PROPOSTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ-MT
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

DADOS DA EMPRESA			
Razão Social da Empresa:			
Nome Fantasia:			
CNPJ:		Inscrição Estadual:	
Endereço:		CEP:	Município:
Telefones:		E-mail:	
Banco:	Agência:		Conta Corrente:
Representante Legal:			
RG:		CPF:	

Prezados Senhores:

Apresentamos ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, nossa proposta objetivando o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO (TSD), COM CAPA SELANTE, DRENAGEM SUPERFICIAL, EXECUÇÃO DE GUIAS E SARJETAS, CALÇADAS ACESSÍVEIS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL, NAS VIAS LOCALIZADAS NA COHAB VILA MARIANA, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE INDIAVAÍ/MT.**

Conforme condições e especificações constantes no ANEXO II - Termo de Referência parte integrante do edital, e ainda conforme licitado pelo Concorrência Eletrônica nº 001/2026, conforme descrição dos itens na Planilha Abaixo:

ITEM	CODIGO TCE	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	XXXX	EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO (TSD), COM DRENAGEM SUPERFICIAL, EXECUÇÃO DE CALÇADAS ACESSÍVEIS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL	SERVIÇO	01	XXXX	XXXX

Nossa proposta tem preço total de R\$ = (valor numérico e por extenso).

Prazo de Entrega: _____

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da apresentação.

Declaro para fins de participação na Concorrência Eletrônica nº 001/2026, que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas, frete, transporte e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto do presente Concorrência.

Local e Data

(Assinatura e Identificação do Licitante) C/CARIMBO–CNPJ)



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

ANEXO – IV

DECLARAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

(Denominação ou Razão Social) _____, CNPJ (N.º DO CNPJ)_____, sediada (ENDEREÇO COMPLETO)_____, em cumprimento ao Edital da CONCORRENCIA N.º XXX/2016/PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT, indica o Senhor(a) (NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO)_____, (NACIONALIDADE), (ESTADO CIVIL), (PROFISSÃO), portador da Cédula de Identidade n.º (N.º DOCUMENTO) emitido por (ÓRGÃO EMISSOR/ESTADO), e do C.P.F. n.º (N.º DO CPF), residente à (ENDEREÇO COMPLETO, CIDADE/ESTADO), inscrito sob n.º (N.º DO CREA) no (CREA /ESTADO), pertencente ao quadro permanente da empresa, como Responsável Técnico pela execução dos serviços objeto da licitação.

O Responsável Técnico, supra indicado e pertencente ao quadro permanente da empresa, DECLARA, expressamente, sua disponibilidade profissional para a execução dos serviços da licitação.

(LOCAL E DATA).

FIRMA LICITANTE/CNPJ (MF)

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa ou consórcio)

(Nome, identidade e assinatura do profissional indicado como Responsável Técnico)



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE VISITA TÉCNICA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE VISITA TÉCNICA

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob Nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr (a) _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para efeito legais, que tem conhecimento de todas as condições do projeto executivo, referente a CONCORRENCIA Nº 001/2026, realizada pela PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT, e que faz a opção de se abster da visita, não cabendo posteriormente nenhum questionamento contra a contratante em razão disto, nem tão pouco eximir-se de qualquer obrigação assumida ou revisão dos termos do contrato que vier firmar.

(LOCAL E DATA).

FIRMA LICITANTE/CNPJ (MF)

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa ou consórcio)



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

**(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)
DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**

Declaro para fins de participação na CONCORRENCIA Nº _____, que a empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, sediada na _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr (a) _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, vistoriou as áreas onde serão executados os serviços _____, de maneira que tomou pleno conhecimento de suas instalações (condições físicas) e das dificuldades que os serviços possam apresentar no futuro, constatando as peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, não cabendo posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento ou solicitação de acréscimo no preço por falta de informação

(LOCAL E DATA).

FIRMA LICITANTE/CNPJ (MF)

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa ou consórcio)



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP (MODELO)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

ENQUADRAMENTO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A Empresa _____, inscrita CNPJ nº _____, localizada à _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) S.r.(a) _____, portador(a) no da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA para os devidos fins que está enquadrado como:

() MICROEMPRESA – Receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE – Receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

E que está apto a usufruir do tratamento diferenciado com base nos artigos 42 a 49 e seguintes da Lei Complementar nº. 123/2006, e que NÃO SE ENQUADRA em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas 4º do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, LC 147/2014.

DECLARA, ainda, estar ciente das SANÇÕES que lhe poderão ser impostas, conforme disposto no respectivo Edital, no Art. 13 § 1º do Decreto 8.538/2015 e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

Como prova da referida condição, apresentamos junto a documentação de habilitação, (CERTIDÃO emitida pela Junta Comercial ou opção do Simples) para comprovação da condição na forma do art. 8º da Instrução Normativa nº. 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC.

INDIAVAÍ/MT, __ de _____ de 2026.

LICITANTE/CNPJ (MF)

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

DECLARAÇÃO USUFRUIR BENEFICIO DOCUMENTAÇÃO TARDIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

Apenas para: MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal.

(Papel timbrado da empresa)

**À Prefeitura Municipal de INDIAVAÍ/MT
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 001/2026
Sessão Pública: 01/04/2026, às 09h:00m**

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, localizada à _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) S.r.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA para os devidos fins que cumprimos com todos os requisitos de habilitação para este certame, exceto os documentos de regularidade fiscal ou trabalhista com as restrições a seguir:

_____ validade _____
_____ validade _____

Portanto solicitamos usufruir dos benefícios dispostos no § 1º, artigo 43 da Lei da Lei Complementar Nº. 123/2006 e temos ciência que temos 5 (cinco) dias uteis para sua regularização, e que a não regularização da documentação, no prazo previsto implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções.

INDIAVAÍ/MT, _____ de _____ de 2026.

LICITANTE/CNPJ (MF)

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

À Prefeitura Municipal de INDIAVAÍ/MT

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 001/2026

Sessão Pública: 01/04/2026, às 09h:00min

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____, localizada à _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) S.r.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº. _____, DECLARA para os devidos fins que

- a) Que em atendimento ao previsto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal e inciso V, não possuímos, em nosso quadro de pessoal, empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz e em nenhuma hipótese, menores de 14 (quatorze) anos.
- b) Que nenhum dos sócios e/ou diretores desta empresa ocupam cargo ou função de chefia ou assessoramento, em qualquer nível, no âmbito da Administração Pública do Município de Várzea Grande.
- c) Que a empresa não possui em seu quadro pessoal servidor público da ativa, em cargo efetivo, comissionado ou empregado público, no âmbito da Administração Pública do Município de Várzea Grande, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados.
- d) Que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei. (Art. 63, I, Lei nº. 14.133/2021).
- e) Que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (Art. 63, IV, Lei nº. 14.133/2021)
- f) Que nossa proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (Art. 63, §1º, Lei nº. 14.133/2021)
- g) Que sob as penas do art. 299 do Código Penal, teremos a disponibilidade, caso venhamos a vencer o certame, o objeto licitado para realizar a entrega no prazo previsto na Ata ou contrato, de acordo com a quantidade e especificações constantes no edital e seus anexos.
- h) Que estamos de pleno acordo e concordamos expressamente com todas as condições especificadas no edital e seus anexos do presente certame.

INDIAVAÍ/MT, ____ de ____ de 2026.

LICITANTE/CNPJ (MF)

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

ANEXO IX – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº 00X/2026/

ORIGEM: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO ____/2026

PROCESSO: 0XX/2026

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO QUE
ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA
MUNICIPAL DE INDIAVAÍ** E A EMPRESA [...]
XXXXXXXXXXXX

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.239.027/0001-20, sediada na à Rua Getúlio Vargas, 650 , Centro, Indiavaí - MT, , representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. _____, no Município de Indiavaí/MT, neste ato denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, nº _____, Bairro _____, _____ - _____, neste ato representada por seu(sua) _____, Srº/Srª _____ (dados constantes do processo de licitação) , doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, considerando os fundamentos da Concorrência Eletrônica nº ____/2026, tipo menor preço, no regime de _____, devidamente homologada em ____/____/2026, e publicada na Imprensa Oficial em ____/____/2026, nos Termos da Proposta da Contratada, e regido pelas cláusulas e condições estabelecidas com base nos preceitos de direito público, nas disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas e regulamentos aplicáveis à espécie, resolvem celebrar o presente contrato pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO (TSD), COM CAPA SELANTE, DRENAGEM SUPERFICIAL, EXECUÇÃO DE GUIAS E SARJETAS, CALÇADAS ACESSÍVEIS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL, NAS VIAS LOCALIZADAS NA COHAB VILA MARIANA, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE INDIAVAÍ/MT**, em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas no ANEXO – TERMO DE REFERÊNCIA do Edital da Concorrência Eletrônica nº ____/2026, na proposta da CONTRATADA, nos projetos, na planilha orçamentária, no memorial descritivo e no cronograma físico-financeiro, que ficam fazendo parte integrante deste contrato independentemente das suas transcrições.

1.2. Vinculam-se ao presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital da Concorrência Eletrônica nº ____/2026, a proposta da CONTRATADA, projetos, planilha orçamentaria, memorial descritivo e cronograma físico financeiro.



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E DO VALOR

2.1. Os preços do objeto contratado são os obtidos no certame licitatório Concorrência nº ____/2026, abaixo indicados, nas quais estão incluídas todas as despesas necessárias à sua execução (tributos, seguros, encargos sociais, etc).

ITEM	CÓDIGO T	DESCRIÇÃO	UN	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTA
01	XXX	EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS) PORTE I NO MUNICÍPIO INDIAVAÍ/MT.	Unid	01	R\$	R\$
VALOR TOTAL -----						R\$

2.2. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____). Esse valor inclui:

- ✓ Custos diretos e indiretos dos serviços;
- ✓ Encargos sociais e trabalhistas;
- ✓ Benefícios e Despesas Indiretas (BDI);
- ✓ Impostos incidentes, inclusive ISS, conforme legislação municipal vigente;
- ✓ Mobilização, desmobilização e administração local da obra.

2.3. A contratação contempla serviços de engenharia para obra de pavimentação, com execução indireta sob o regime de empreitada por preço global, visando à Pavimentação de várias Ruas do município de Indavaí/MT.

2.4. A obra compreenderá as etapas e atividades detalhadas no projeto executivo, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro, que são partes integrantes e complementares deste contrato. Todas as intervenções deverão seguir as especificações técnicas e os padrões de qualidade compatíveis com as normas técnicas aplicáveis à construção civil e as boas práticas administrativas exigidas pela Lei nº 14.133/2021.

2.5. A CONTRATADA será a responsável pelo fornecimento contínuo e constante de todo e qualquer material necessário à execução dos serviços relacionados na ordem de serviço a preços unitários previstos na planilha orçamentária.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

3.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, os preceitos e princípios de direitos públicos demais normas e princípios aplicáveis subsidiária ou supletivamente à espécie.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE EXECUÇÃO, VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência contratual será de 8 (oito) meses, contados a partir da data de sua assinatura, conforme o artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, observados os trâmites administrativos e as atividades de encerramento contratual.



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

4.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, previstas neste instrumento.

4.1.2. Ultrapassada a vigência contratual, competindo à Prefeitura Municipal de Indivaí, instaurar procedimento administrativo para verificar a culpa pelo atraso e adotar alguma das opções previstas no parágrafo único do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021 e parágrafo único do art. 291:

I - Constituição em mora da CONTRATADA, e respectivas sanções administrativas;

II – a CONTRATANTE poderá optar pela extinção do contrato, caso em que adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

4.1.3. O prazo de vigência inclui o prazo de execução, entrega dos serviços, de observação e de recebimento definitivo

4.2. O prazo de execução dos serviços será de **120 (cento e vinte) dias consecutivos**, contados a partir da emissão da ordem de serviço;

4.2.1. O prazo inicialmente previsto poderá ser alterado pelo prazo necessário à conclusão do objeto, por meio de aditivo contratual antecedido de análise técnica e jurídica, devendo a CONTRATADA apresentar cronograma readequado, para a conclusão do objeto contratual, sem prejuízo de eventual constituição em mora e aplicação de penalidades.

4.3. Os prazos estabelecidos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, conforme o artigo 107 da Lei nº 14.133/2021. A solicitação de prorrogação deverá ser tempestiva e tecnicamente fundamentada, observando os critérios do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A CONTRATADA executará a obra de pavimentação de acordo com as técnicas vigentes, apresentadas no Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, e Cronograma Físico Financeiro, com prazo de execução dos trabalhos de **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados a partir da emissão da ordem de serviço, conforme Cronograma Físico Financeiro:

5.1.1. Retirar a Ordem de Serviço (OS) e dar início aos serviços demandados no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da convocação formal.

5.1.2. Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa ao contratante por escrito, indicando o motivo e o prazo necessário para a execução, que por sua vez analisará e tomará as providências para a aceitação ou não das justificativas apresentadas.

5.1.3. Manter, durante a execução da obra, em local adequado, caçamba, para recolhimento diário dos entulhos provenientes da obra.



5.1.3.1. O transporte de material residual para bota fora será de responsabilidade da CONTRATADA, não devendo esta deixar o local com qualquer resíduo de material utilizado durante a execução dos serviços.

5.2. Compete à CONTRATADA realizar visita ao local antes do início da execução, para conhecimento pleno das condições de acesso, topografia, características do solo e entorno ambiental da área destinada à Pavimentação.

5.2.1. A CONTRATADA deverá definir um responsável da equipe técnica para o serviço como coordenador, tendo a responsabilidade e a autoridade para cumprir e fazer cumprir as ações definidas como premissas pelo CONTRATANTE.

5.3. A sinalização das obras deverá ser efetuada em estrita obediência ao Manual de Sinalização de Obras e Emergência da SINFRA, com o emprego de cones e outros dispositivos refletivos para garantir segurança ao tráfego no período noturno.

5.3.1. O isolamento e a sinalização dos locais de trabalho, tanto quanto à circulação de pessoas no local, quanto em relação à sua interação com o sistema viário municipal, deverão atender aos devidos preceitos de segurança e, em especial, às normas de sinalização temporária.

5.3.2. A empresa contratada deverá providenciar e responsabilizar-se pelos acessos provisórios a comerciantes e moradores da região, rotas alternativas, desvios de tráfego de veículos, passagens urbanas de pedestres e ciclistas, passagens de níveis, executando sinalização e dispositivos de proteção necessários, de forma a garantir a segurança dos usuários.

5.3.3. Quando houver desníveis superiores a 5 cm junto ao bordo da pista em virtude de atividades de demolição/remoção de entulhos, a sinalização refletiva deverá ser reforçada.

5.3.4. As frentes de serviços que necessitem da obstrução parcial ou completa de via pública, deverão contar com sinalização de no mínimo 02 (dois) painéis de mensagem variáveis em cada sentido da via, a ser aprovado pela fiscalização da Prefeitura.

5.3.5. Manter no local da obra a quantidade suficiente de operários divididos em quantas equipes forem necessárias para o cumprimento da obra dentro do prazo de execução, incluindo profissional de engenharia ou arquitetura residente e encarregados.

5.4. Os serviços deverão seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT, nos padrões da Tabela SINAPI e SICRO, no Manual de Conservação Rodoviária – IPR 710/2005 (DNIT) no que couber para serviços de engenharia civil.

5.5. Caberá à CONTRATADA o fornecimento e manutenção do "Diário de Obras", devidamente numerado e rubricado pela FISCALIZAÇÃO e pela CONTRATADA diariamente, que permanecerá disponível para escrituração no local da obra.

5.5.1. O Diário de Obras permanecerá disponível para escrituração no local da obra e terá as seguintes características:

- I. Será único, com páginas numeradas tipograficamente, em 02 vias, sendo a primeira da CONTRATANTE e a segunda da CONTRATADA;
- II. Todas as folhas do Diário de Obras deverão ser assinadas por um representante da FISCALIZAÇÃO e do RESPONSÁVEL TÉCNICO da CONTRATADA, no máximo, um dia após a referida data de entrada de dados.
- III. Deverá, a qualquer tempo, permitir a reconstituição dos fatos relevantes ocorridos na obra e que tenham influenciado de alguma forma seu andamento ou



execução, contendo, no mínimo, os seguintes campos: nome da contratada, nome do contratante, data, prazo contratual, prazo decorrido, prazo restante, condições do tempo, máquinas e equipamentos, número e categoria de empregados, campo de ocorrências, campo para assinaturas da CONTRATADA e do CONTRATANTE.

5.5.2. Serão obrigatoriamente registrados no "Diário de Obras", pela CONTRATADA:

- I. Falhas nos serviços de terceiros não sujeitos à sua ingerência;
- II. Consultas à FISCALIZAÇÃO;
- III. Datas de conclusão de etapas caracterizadas, de acordo com o cronograma aprovado;
- IV. Acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;
- V. Respostas às interpelações da FISCALIZAÇÃO;
- VI. Eventual escassez de material que resulte em dificuldade para a obra ou serviço;
- VII. Outros fatos que, a juízo da CONTRATADA, devem ser objeto de registro.

5.5.3. Será objeto de registro no "Diário de Obras" pela FISCALIZAÇÃO:

- I. Observações cabíveis a propósito dos lançamentos da CONTRATADA no "Diário de Obras";
- II. Observações sobre o andamento da obra ou serviço, tendo em vista as especificações, prazos e cronogramas;
- III. Soluções às consultas, lançadas ou formuladas pela CONTRATADA, com correspondência simultânea para autoridade superior, quando for o caso;
- IV. Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA, seus prepostos e sua equipe;
- V. Determinação de providências para o cumprimento do objeto e especificações;
- VI. Outros fatos que, a juízo da FISCALIZAÇÃO, devem ser objeto de registro.

5.6. A contratada deverá apresentar, no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da assinatura do contrato, a comprovação da sua matrícula ou atualização cadastral no Cadastro Nacional de Obras (CNO) junto ao INSS, conforme disposto na legislação vigente. A não apresentação da referida comprovação dentro do prazo estipulado poderá ser considerada como descumprimento contratual, sujeitando a empresa contratada às sanções previstas no instrumento convocatório e na legislação aplicável.

5.7. Qualquer serviço executado em desacordo com os padrões estabelecidos será rejeitado, devendo ser refeito sem ônus adicional para a Administração, no prazo fixado pela fiscalização.

5.8. Todo o pessoal da CONTRATADA deverá possuir habilidade e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos:

- I. Os profissionais indicados como responsáveis técnicos da obra/serviço deverão, preferencialmente, serem os mesmos a efetuar as visitas periódicas à obra e apresentar relatório mensal detalhando o ocorrido nas visitas, anexando cópia do livro de obras do dia, sob pena de aplicação de Sanção Administrativa e Multa, conforme previsto no Edital e nos termos do previsto no Artigo 67 Lei 14.133/2021;



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

II. A Contratante poderá solicitar, a qualquer momento, mudança do Responsável Técnico da Obra devido a necessidade constatada pela fiscalização;

III. Será admitida a substituição citada por profissional de experiência equivalente ou superior, mediante justificativa da CONTRATADA e aprovação da Contratante, conforme previsto Artigo 67 § 6º Lei 14.133/2021.

5.9. Toda mão de obra, máquinas, equipamentos, materiais e insumos deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, bem como o transporte e substituição desses itens.

5.10. Decorridos 15 (quinze) dias da assinatura deste Termo Contratual, deverá a Contratada, sob pena de rescisão unilateral, protocolizar junto à Prefeitura Municipal de Indavaí, remetido ao setor de Obras, a seguinte documentação:

- a) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da Obra, emitida e registrada junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso - CREA/MT, e caso couber Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, emitido e registrado junto ao Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Mato Grosso-CAU/MT.
- b) Comprovação da matrícula/Cadastro Nacional de Obras no INSS (CNO);
- c) Alvará de autorização expedido pela Prefeitura Municipal;
- d) Apresentação do Livro de Obras.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Para as atividades que não constituem o escopo principal do objeto, é permitida a subcontratação até o limite de 25% do orçamento, desde que expressamente autorizado pela Prefeitura Municipal de INDIAVAÍ.

6.2. A subcontratação se justifica por se tratar de uma obra que contempla serviços complementares às atividades comuns, necessitando de empresas com atuação em atividade específica e tem como fundamentação legal o art. 122 da Lei nº 14.133/2021. A subcontratação pode assim trazer celeridade na execução da obra, diminuindo transtornos à população.

6.3. A subcontratação não exclui a responsabilidade da CONTRATADA perante a administração pública quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado. Neste caso, a CONTRATADA deverá apresentar documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou do serviço subcontratado.

6.4. Não há a exigência de que os licitantes subcontratem obrigatoriamente microempresa ou empresa de pequeno porte, visto que o art. 48, II, da LC 123 de 2006 faculta e não obriga a administração a exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

6.6. Não serão realizados pagamentos diretamente à subcontratada.

CLÁUSULA SÉTIMA - RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS



7.1. Quando a obra e os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada comunicar, por escrito e mediante protocolo, tal fato à PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT, à qual competirá receber os serviços objeto da contratação e observará as disposições da Lei nº 14.133/2021, em especial os artigos 140 a 143, e será realizado em duas etapas conforme a seguir:

a) Provisoriamente: expedido pelos fiscais da Secretaria de Obras/PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias após comunicação escrita da CONTRATADA, e só poderá ser emitido após aprovação de todos os serviços pela equipe de fiscalização da CONTRATANTE;

a.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da Contratada, devendo ser corrigidos no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do Fiscal da Contratada, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

a.2. Será formalizado após a conclusão dos serviços, com base em atestado emitido pela fiscalização, acompanhado de:

- Relatório técnico de execução;
- Boletins de medição final;
- Documentação fotográfica geoetiquetada.

b) Definitivamente: expedido pelos fiscais da Secretaria de Obras/PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

b.1. será realizado após o prazo de verificação da conformidade do objeto com as exigências contratuais, observando-se:

- Atesto da equipe de fiscalização;
- Ausência de vícios construtivos ou falhas não sanadas;
- Regularidade na entrega de toda documentação técnica exigida;
- Conformidade dos serviços com o projeto e as especificações do Termo de Referência.

7.2. Constatados defeitos ou inconsistências na obra, compete à fiscalização rejeitá-los no todo ou em parte, conforme o caso, reduzir a termo o ocorrido e notificar o contratado para saneamento e/ou substituição, no prazo estabelecido no instrumento contratual (§ 2º do Art. 294 Lei Federal nº 14.133/2021).

7.3. Não sendo sanadas as irregularidades pelo contratado, deverá o fiscal do contrato encaminhar o caso à autoridade superior, para procedimentos inerentes à aplicação de penalidades (§ 3º do Art. 294 Lei Federal nº 14.133/2021).

7.4. Após a vistoria, a fiscalização comunicará oficialmente o contratado, indicando as correções e complementações consideradas necessárias ao recebimento definitivo, e estabelecendo o prazo para a execução dos ajustes, observado o disposto no art. 119 (§ 4º do Art. 294 Lei Federal nº 14.133/2021).

7.5. Havendo necessidade premente do serviço ou da aquisição, poderá o fiscal do contrato receber provisoriamente o objeto contratual realizado parcialmente, sem prejuízo de eventual glosa quando do recebimento definitivo (§ 5º do Art. 294 Lei Federal nº 14.133/2021).

7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

7.7. A aprovação pela CONTRATANTE é condição indispensável para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD).

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

8.1. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

8.2. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.3. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo, de acordo com o que estabelece o artigo 618 do Código Civil Brasileiro.

8.4. Todas as despesas que ocorrerem no período de garantia, tais como refazimento, troca, conserto, substituição, transporte, mão-de-obra e manutenção, no caso de apresentar imperfeições, correrão por conta da CONTRATADA, não cabendo ao contratante quaisquer ônus.

8.5. De acordo com o Art. 140, § 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Os recursos financeiros para cobertura da execução dos serviços/obras objeto deste Contrato ocorrerá por conta do elemento de despesa, conforme descrito abaixo:

XXXXXXXXXXXXXXX - CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXXXX						
PAOE	Natureza	Fonte	U.G	Subação	Etapas	Valor

9.2. Os pagamentos serão realizados em conformidade ao Cronograma Físico Financeiro, de forma proporcional aos serviços efetivamente executados e medidos, respeitando a disponibilidade orçamentária e financeira da Administração Pública, conforme previsão na Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA



10.1. É obrigação da “CONTRATADA” a execução de todos os serviços descritos ou mencionados nas Especificações ou constantes dos Projetos, fornecendo, para tanto, todos os materiais, mão-de-obra e equipamentos necessários. Executar os serviços conforme especificações deste Contrato e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade, conforme as especificações constantes nos projetos e planilhas orçamentárias fornecidas pelo contratante.

10.1.1. Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas neste contrato de outras decorrentes da natureza dos serviços a serem prestados.

10.2. Retirar a Ordem de Serviço (OS) e dar início aos serviços demandados no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da convocação formal.

10.3. A empresa contratada deverá instalar e manter no canteiro de obras, e sem ônus para a CONTRATANTE, um escritório com área compatível, além dos meios necessários ao exercício da fiscalização das medições dos serviços por parte da Prefeitura Municipal de Indivaí, e ainda:

- a) Ser responsável por toda mão de obra, máquinas, equipamentos, materiais e insumos deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, bem como o transporte e substituição desses itens.
- b) O controle e a guarda de todo material estocado no canteiro de obras são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.
- c) Os equipamentos sempre deverão apresentar boa qualidade, revisados e com manutenções preventivas em dia, de forma a zelar pela integridade e garantir a segurança dos operadores e funcionários que estejam trabalhando no local de utilização.
- d) A CONTRATADA deverá sinalizar adequadamente, bem como promover o controle de acesso aos locais de manuseio e operação de equipamentos que possam causar acidentes.
- e) Caminhões e demais equipamentos que se locomovem no canteiro deverão ser dotados de aviso sonoro quando da operação em marcha ré, ou em qualquer tipo de movimento como plataformas elevatórias.
- f) Todo e qualquer tipo de equipamento/máquina somente poderá ser manuseado/operado por profissional devidamente habilitado e capacitado para tal. Para isso, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar, a qualquer tempo, da CONTRATADA certificados que atestem a capacidade do operador para o equipamento em questão.
- g) Em caso de não observância pela revisão e manutenção dos equipamentos e maquinários, inclusive em caso de operação destes por funcionário não habilitado e capacitado, a FISCALIZAÇÃO poderá notificar a CONTRATADA e, aplicar as sanções previstas no contrato.
- h) Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade e, estarem de acordo com as especificações, devendo ser submetidos à aprovação da FISCALIZAÇÃO, com



exceção de eventuais serviços de remanejamento onde estiver explícito o reaproveitamento.

i) A CONTRATADA deverá submeter à FISCALIZAÇÃO, amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes de executá-los. Se julgar necessário, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informação por escrito dos locais de origem dos materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos.

j) Todo e qualquer material a ser empregado deverá ser comprovadamente de boa procedência de fabricante e de mercado. Os materiais deverão estar de acordo com as recomendações das normas da ABNT e/ou acreditado pelo INMETRO, quando for o caso, ou outro órgão certificador de qualidade.

k) A CONTRATADA deverá ter procedimento de aferição quanto ao atendimento de conformidade dos materiais, de forma a rejeitar os materiais e equipamentos que forem fornecidos fora da especificação técnica.

10.4. Executar o contrato conforme especificações deste Termo de Referência e da proposta apresentada, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do serviço.

10.5. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros que julgar necessários para recebimento de correspondência.

10.6. A Contratada deverá responsabilizar-se por todas as despesas e encargos, de qualquer natureza, com pessoal de sua contratação, incluindo equipamentos, impostos, alimentação, transporte, material, etc necessário à execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, e ainda:

10.6.1. A CONTRATADA deverá manter funcionários habilitados, com conhecimento básicos do objeto a ser executado, em quantidade suficiente para cada tarefa/atividade da obra, empregando sempre mão de obra qualificada para cada atividade. Para isso, a CONTRATANTE poderá a qualquer tempo, solicitar documento comprobatório de que o funcionário está habilitado e capacitado para manusear ou operar os equipamentos e/ou maquinários, bem como familiarizado com a execução da tarefa em questão.

10.6.2. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho, respeitando e fazendo cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes.

10.6.3. Os funcionários deverão ser registrados pela CONTRATADA com assinatura da CTPS, com exceção daqueles oriundos de empresas terceirizadas. Porém, a CONTRATADA somente poderá subcontratar serviços para empresa cujos



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

funcionários que prestarão o serviço estejam devidamente com contrato de trabalho ou registrados.

10.6.4. Todos os funcionários deverão estar devidamente uniformizados, identificados e utilizando equipamentos de segurança, e serem instruídos quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE.

10.6.5. A CONTRATADA deverá fornecer aos seus funcionários todos os EPI's e promover a substituição destes sempre que necessário, conforme a periodicidade estipulada em NR ou quando o EPI não oferecer mais segurança ao funcionário, o que ocorrer primeiro.

10.6.6. Em caso do descumprimento das normas de segurança do trabalho, a FISCALIZAÇÃO poderá notificar a CONTRATADA e, em caso de reincidências, aplicar as sanções previstas neste contrato.

10.6.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.

10.6.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.6.9. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço.

10.6.10. Deverá pagar seus funcionários em dia, inclusive responsabilizar-se exclusiva e integralmente pelo pessoal utilizado na execução dos serviços incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício. Desta forma, a CONTRATADA deverá arcar com todos os ônus e obrigações e em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para a CONTRATANTE.

10.7. Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas neste Termo de contrato e outras decorrentes da natureza dos serviços a serem prestados.

10.8. Indenizar terceiros e/ou a PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a CONTRATADA adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

10.9. A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços obedecendo, integral e rigorosamente, no que for pertinente, às respectivas normas da ABNT e legislações referentes a serviços de engenharia e arquitetura, no que tange à elaboração dos projetos e outras documentações técnicas.



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

10.10. Será admitida na execução dos serviços a mão de obra de presos e egressos, nos termos da Lei Estadual nº 9.879/2013 e legislação correlata.

10.11. A CONTRATADA deverá apresentar a Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) relativo à execução dos projetos e estudos demandados e providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis Federais nº 6.496/1977 e 12.378/2010), inclusive o pagamento de impostos, taxas e outras obrigações financeiras, que vierem a incidir sobre a execução dos serviços, inclusive aquele referente ao licenciamento ambiental e serviço comum de engenharia e Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) do engenheiro (s) /arquiteto (s) autor (es) dos projetos e do engenheiro responsável pela execução do serviço por parte da Contratada e possíveis ações trabalhistas movidas pelos funcionários.

10.11.1. Providenciar todos os alvarás, licenças e autorizações para execução dos serviços e operação do empreendimento, inclusive áreas de empréstimo, bota fora e destinação de resíduos.

10.12. A CONTRATADA deverá manter os locais, onde forem realizados os serviços, sinalizados e isolados do público por placas, faixas, fitas, tapume, telas, etc., com o fim de evitar riscos de acidentes aos usuários locais e ao pessoal da empresa.

10.13. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.15. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço.

10.16. Manter preposto aceito pela CONTRATANTE nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

10.17. Os profissionais indicados pela empresa para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverão participar do serviço objeto da contratação, admitindo-se a substituição nos termos da Lei nº 14.133/2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, mediante aprovação prévia desta administração.

10.18. A CONTRATADA deverá fornecer máquinas, equipamentos e ferramentas em quantidades suficientes a execução de cada tarefa/atividade da obra, conforme cada fase do cronograma.

10.18.1. Os equipamentos sempre deverão apresentar boa qualidade, revisados e com manutenções preventivas em dia, de forma a zelar pela integridade dos mesmos e garantir a segurança dos operadores e funcionários que estejam trabalhando no local de utilização.



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

10.18.2. CONTRATADA deverá sinalizar adequadamente, bem como promover o controle de acesso aos locais de manuseio e operação de equipamentos que possam causar acidentes.

10.18.3. Caminhões e demais equipamentos que se locomovem no canteiro deverão ser dotados de aviso sonoro quando da operação em marcha ré, ou em qualquer tipo de movimento como plataformas elevatórias.

10.18.4. Todo e qualquer tipo de equipamento/máquina somente poderá ser manuseado/operado por profissional devidamente habilitado e capacitado para tal. Para isso, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar, a qualquer tempo, da CONTRATADA certificados que atestem a capacidade do operador para o equipamento em questão.

10.18.5. Em caso da não observância pela revisão e manutenção dos equipamentos e maquinários, inclusive em caso de operação destes por funcionário não habilitado e capacitado, a FISCALIZAÇÃO poderá notificar a CONTRATADA e, em caso de reincidências, aplicar as sanções previstas no contrato.

10.19. A CONTRATADA deverá observar e atender os planos, programas e as condicionantes impostas no Licenciamento Ambiental, sendo o responsável por qualquer omissão do não atendimento quanto às questões ambientais.

10.20. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação (incluída a regularidade perante o INSS, FGTS e Fazenda Pública) e qualificações exigidas na Licitação.

10.21. A CONTRATADA deverá ser conhecedora das normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços, bem como observar rigorosamente as orientações das Normas Regulamentadoras – NR's do Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho, em especial a NR 18 e NR 5, não sendo aceita nenhuma alegação a norma/legislação não está contemplada neste contrato.

10.21.1. A CONTRATADA deverá observar e atender os planos, programas e as condicionantes impostas no Licenciamento Ambiental, sendo o responsável por qualquer omissão do não atendimento quanto as questões ambientais

10.22. Observar rigorosamente o cronograma de execução ou outras condições estabelecidas entre as partes.

10.23. Aceitar, nas mesmas condições iniciais do contrato, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, dentro do limite permitido em lei.

10.24. A empresa CONTRATADA deverá realizar o controle tecnológico e todo tipo de ensaios pertinentes a cada serviço necessário à implantação da atividade.

10.25. Refazer a obra ou serviço que, durante o prazo de garantia, venha a apresentar defeitos construtivos ou quaisquer outros vícios que venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que, para a sua ocorrência, não tenha contribuído, por ação ou omissão da CONTRATANTE.



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

10.26. Arcar com os custos de horas extras e jornadas de trabalho em período noturno, finais de semana e feriados (se for o caso), respeitando o que determina a Lei nº 605/49.

10.27. Promover treinamento dos trabalhadores para a prevenção de doenças e de acidentes no meio ambiente de trabalho na construção, bem como adotar medidas preventivas de segurança do trabalho.

10.28. Permitir a qualquer momento o acesso irrestrito no canteiro de obras, da equipe da FISCALIZAÇÃO da PREFEITURA DE INDIAVAÍ/MT.

10.29. Entregar a obra com todas as instalações e todos os equipamentos em perfeito funcionamento, inclusive com bom acabamento, sem avarias que possam afetar a utilização do mesmo.

10.30. Ao término dos serviços, a empresa CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE para recebimento provisório dos serviços contratados.

10.31. Após a conclusão dos serviços, todo o local da obra e suas vias de acesso e adjacências deverão ser entregues limpos, sem material excedente, bem sinalizado e pronto para o uso.

10.32. Correrão por conta e responsabilidade exclusiva da CONTRATADA a retenção com destaque na nota fiscal de todos os encargos tributários e fiscais devidos em decorrência de sua prestação de serviços, tais como imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza em conformidade com a IN RFB 2.145, DE 26 DE JUNHO DE 2023, ou a que venha a substituí-la.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

11.1. Emitir a Ordem de Serviço no prazo legal, autorizando o início da execução contratual, bem como formalizar eventuais prorrogações ou alterações de cronograma quando justificadas.

11.2. Analisar e decidir sobre eventuais pedidos de prorrogação de prazo, reequilíbrio econômico-financeiro ou outras alterações contratuais, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11.3. Adotar as medidas cabíveis para garantir a segurança jurídica, a economicidade e a eficiência da execução contratual, zelando pelo interesse público e pela adequada aplicação dos recursos envolvidos.

11.4. Disponibilizar à CONTRATADA toda a documentação técnica necessária para a boa execução da obra, incluindo projetos, memoriais, cronogramas e orientações complementares.

11.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, desde que atendidas as condições estabelecidas em cláusula contratual, salvo a ocorrência de fatos imprevisíveis e supervenientes alheios à vontade da CONTRATADA.

11.6. Designar por portaria o(s) fiscal(is) da obra e do contrato, para a realização do seu acompanhamento e fiscalização, garantindo a qualificação técnica necessária para tal função.

11.7. Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias para perfeita execução do objeto contratado e esclarecer as dúvidas e indagações do CONTRATADO.

11.8. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos técnicos, de qualidade e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

11.9. Expedir formalmente, por escrito, as advertências, penalidades e multas dirigidas à CONTRATADA, observados os direitos ao contraditório e à ampla defesa.



11.10. Indicar e garantir a participação de representantes da CONTRATANTE nas reuniões com a CONTRATADA, visando à comunicação eficiente e à resolução de eventuais problemas.

11.11. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, e certificando-se de que as soluções propostas sejam as mais adequadas.

11.12. Promover, por meio de servidores designados para fiscalização pela Secretaria de Infraestrutura, no que couber, as orientações contidas na Instrução Normativa nº 02, de 30/04/2008, expedida pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (DOU de 23/05/2008), que dispõe sobre regras e diretrizes para contratação de serviços, realizando-se em qualquer caso a fiscalização a respeito da higiene do meio ambiente de trabalho, em especial quanto à verificação do fornecimento e do uso de equipamentos de proteção individual.

11.13. Os servidores designados para realização do acompanhamento e fiscalização do contrato deverão aferir os resultados da contratação, e efetuar:

11.14. Observação da execução dos serviços, se estão sendo realizados em conformidade com as exigências das normas e legislações vigentes, quando da elaboração dos projetos, orçamento e demais peças técnicas, e executados em conformidade com os projetos aprovados pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO MODELO DA GESTÃO DO CONTRATO, DO PREPOSTO E DA SUA FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração, especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

12.1.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.2. O fiscal do contrato deve estar vinculado à Secretaria Municipal de Administração.

12.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.4. O contrato será executado de forma ininterrupta, admitida, excepcionalmente a suspensão temporária da execução em situações insuperáveis, que serão avaliadas pontualmente pelo fiscal e pelo gestor contratual.

12.5. As comunicações entre o órgão e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. A CONTRATANTE poderá convocar o representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.3. PREPOSTO

12.3.1. A Contratada, na forma do art. 118 da Lei nº 14.133, e 2021, deverá indicar de preposto, para representá-la junto ao Contratante, especialmente junto ao gestor e fiscal do contrato.



12.4. DO FISCAL DO CONTRATO

12.4.1. O gestor e fiscal do contrato serão designados pela autoridade máxima do órgão, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma do art. 7º da Lei nº 14.133/2021, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções, observado o disposto em regulamento.

12.4.2. A atuação dos fiscais também deve observar ainda regramentos legais ou regulamentares de fiscalização de contratos, além de orientações advindas dos órgãos de controles interno e externo.

12.4.3. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, sem olvidar o que foi planejado para a contratação.

12.4.4. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.4.5. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

12.4.6. O fiscal poderá solicitar auxílio técnico, inclusive da assessoria jurídica e do controle interno, sempre que julgar necessário para o correto deslinde de qualquer questão relativa à execução contratual.

12.4.7. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

12.4.8. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

12.4.9. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

12.4.10. O fiscal do contrato poderá diligenciar a qualquer tempo para verificar o regular cumprimento contratual.

12.4.11. Poderá ainda, o fiscal do contrato, se assim entender suficiente, analisar o Relatório de Atividade - RA apresentado pela contratada e expedir conclusões de fiscalização a partir deste documento.

12.4.12. O fiscal deve informar, a qualquer tempo, circunstâncias legais ou marais impeditivas do exercício pleno da fiscalização contratual, tendo o dever de informar qualquer ilegalidade de que tenha conhecimento.

12.5. DO GESTOR DO CONTRATO

12.5.1. O gestor contratual resolverá as questões contratuais em harmonia com as disposições do ETP e do Termo de Referência, sem olvidar, especialmente no que tange às omissões, aquilo que está disposto na Lei nº 14.133, de 2021 e em regulamentos próprios ou, na ausência destes, em regulamentos federais, bem como o que ditam os princípios de aplicação cogente.



12.5.2. Coordenar as atividades de fiscalização acompanhando todos apontamentos e registros do fiscal, cuidando para que sejam mantidas todas as condições de habilitação, expedindo notificações à contratada, prestar apoio ao fiscal em suas atividades, cuidar das proposta de aditamento contratual, comunicar à autoridade superior situações que transborde de suas competências, enfim, coordenar todo o processo de execução contratual, atuando sempre para equacionar as questões que venha a surgir entre a Administração e a Contratada.

12.5.3. Diligenciar para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções

12.6. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento à CONTRATADA será realizado na modalidade por eventos (por etapas/medições), condicionado à comprovação da execução das metas e etapas previstas no instrumento de planejamento e acompanhamento aplicável à execução de recursos oriundos de emenda parlamentar, observadas as regras de execução orçamentária e financeira da União e os atos normativos vigentes. Isso significa que os repasses ocorrerão condicionados à conclusão de etapas ou metas estabelecidas no Plano de Trabalho.

- g)** Cada etapa executada deverá ser devidamente comprovada por meio de:
- h)** Boletins de medição física dos serviços realizados;
- i)** Relatórios fotográficos geoetiquetados;
- j)** Documentação técnica de acompanhamento (diário de obra, relatórios de fiscalização, laudos, quando aplicável);
- k)** Nota fiscal compatível com os serviços executados;
- l)** Certidões atualizadas de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

13.2. Toda a documentação será submetida à análise da fiscalização do contrato, que atestará a conformidade da execução com os projetos, com os projetos, especificações técnicas e cronograma físico-financeiro aprovado, bem como com as exigências de acompanhamento e prestação de contas inerentes à aplicação dos recursos de emenda parlamentar, quando cabíveis.

13.3. A liberação dos recursos ocorrerá somente após o atesto formal da fiscalização e da verificação da conformidade da execução, em consonância com os normativos federais aplicáveis à execução e controle de recursos públicos federais decorrentes de emenda parlamentar, incluindo as regras de transferência, execução, acompanhamento e prestação de contas.

- e)** O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da aceitação da documentação completa e regular.
- f)** Decreto nº 7.983/2013, no que couber, quanto à padronização de cronogramas e execução por etapas, quando aplicável ao objeto e à forma de acompanhamento adotada;
- g)** Art. 145 da Lei nº 14.133/2021, que prevê o pagamento mediante etapas concluídas e atestadas.

13.4. Caso haja divergência entre a execução e os serviços contratados, os valores poderão ser glosados parcial ou integralmente, até a regularização da pendência, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas, cíveis ou penais.



- 13.1. A Administração poderá reter valores em caso de inadimplemento de obrigações trabalhistas, fiscais ou previdenciárias, conforme previsto nos artigos 121 e 122 da Lei nº 14.133/2021;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 14.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- i) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - j) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - k) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
 - l) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 14.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - f) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 14.4. Fraudar a licitação;
- 14.5. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- i) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - j) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - k) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - l) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 14.6. O licitante que cometer qualquer das infrações descritas no item anterior será responsabilizado, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sendo garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 14.7. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- i) Advertência;
 - j) Multa;
 - k) Impedimento de licitar e contratar e
 - l) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.8. Os crimes contra a Administração Pública aos quais estão sujeitos os licitantes, processar-se-ão pela Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e pelo Código Penal, para fins de responsabilização das pessoas jurídicas, na esfera administrativa, civil e penal.
- 14.9. Na ocorrência de impugnação ou recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá aplicar a sanção estabelecida no art. 156, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 14.10. Constatada a possível prática de crime, assim definido na legislação, na execução da licitação ou contrato, o fato será comunicado à autoridade policial competente para apuração.



14.11. A sanção de multa será aplicada isolada ou cumulativamente com outras penalidades no caso de atraso injustificado ou em qualquer outro caso de inexecução que implique prejuízo ou transtorno à administração na forma prevista em Edital.

14.12. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.12.1. Para as infrações desta Seção, a multa será de 0,5% a 1% do valor do contrato lícitado.

14.13. As hipóteses de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade estão dispostas nos §§ 4º e 5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

14.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos à Administração Pública decorrentes dessa conduta, a implantação/aperfeiçoamento de programa de integridade, a situação econômico-financeira do acusado, no caso de aplicação de multa, e a conduta praticada pelo infrator, bem como a intensidade do dano provocado segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

14.15. As penalidades de advertência e multa podem ser aplicadas cumulativamente e realizar-se-ão em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante, observando-se os procedimentos previstos em lei.

14.16. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

14.17. As sanções previstas nesta seção e no Termo de Referência, anexo deste Edital, não eximem o contratado da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Órgão/Entidade.

14.18. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.19. **DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato.
- c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA MEDIÇÃO

15.1. A aferição da execução contratual considerará os seguintes critérios:

- a) Tempo decorrido entre o registro de cada demanda pelo Fiscal Técnico e o envio da respectiva proposta de orçamento (contendo todos os anexos previstos neste Termo de Referência) confeccionado e enviado pela Contratada;
- b) Tempo decorrido entre o início e a conclusão dos serviços previstos em cada Ordem de Serviço

15.2. As medições serão realizadas ao final das etapas definidas abaixo em consonância com cronograma físico-financeiro.

- a) 1ª Medição: 25% (vinte e cinco por cento), quando a obra estiver com 25% (vinte e cinco por cento) de execução física da obra;
- b) 2ª Medição: 50% (cinquenta por cento) quando a obra estiver 50% (cinquenta por cento) de execução física da obra;
- c) 3ª Medição: 75% (setenta e cinco por cento) quando a obra estiver 75% (setenta e cinco por cento) de execução física da obra e,
- d) 4ª Medição: 100% (cem por cento) do valor restante quando a obra estiver 100% (cem por cento) concluída, com a correspondente conclusão, entrega, conferência e fiscalização dos projetos, não incorrendo a PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ em risco de arcar com atrasos, postergações e/ou aditivos.

15.3. A Contratada deverá fornecer para a equipe de Fiscalização do Contrato, antecipadamente ou na ocasião da vistoria técnica, planilha de medição “prévia” para análise e conferência dos serviços realizados “in loco”;

15.4. Caberá à equipe de Fiscalização do contrato averiguar e atestar a realização dos serviços, e caso as planilhas apresentem incorreções e incongruências, serão devolvidas à Contratada para as devidas correções.

15.5. Após a aprovação “in loco” dos serviços realizados, a Contratada deverá protocolizar a planilha de medição aprovada pela Fiscalização nos moldes do padrão PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ, que será fornecida ao contratado. A medição deverá estar acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Memória de cálculo;
- b) Folha de medição;
- c) Relatório fotográfico dos serviços executados;
- d) Diários de obras correspondentes ao período da medição;
- e) Cronograma Físico-financeiro da Obra devidamente atualizado;



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

f) Resultados dos ensaios de controle tecnológico, devidamente assinados e registrados no CREA/MT, acompanhados da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

16.1. A cada alteração contratual, por acréscimo ou redução do objeto, valor ou prazo do Contrato, observados os limites legais estabelecidos nos arts. 125 e 128 da Lei Federal nº 14.133/2021, será acordado novo Cronograma, atendido o interesse da CONTRATANTE.

16.2. É admissível a continuidade do Contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

16.3. A alteração subjetiva deverá ser formalizada por Termo Aditivo ao Contrato.

16.4. Durante a vigência do contrato o contratado poderá solicitar a revisão dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 124, II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

16.5. Os pedidos de revisão dos preços contratados serão respondidos no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO REAJUSTE CONTRATUAL

17.1. Durante a vigência do contrato o contratado poderá solicitar a revisão, reajuste ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei n. 14.133/2021, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

17.2. Os preços contratuais serão reajustados segundo o Decreto n. 1.054 de 07/02/94, alterado pelo Decreto 1.110 de 13/04/94, observado o disposto no art. 3º e seu § 1º da Lei 10.192 de 14/02/91, de acordo com o Índice Nacional da Construção Civil – INCC, conforme fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, respeitada a periodicidade mínima legal, mediante a seguinte fórmula:

$$R = V(I - I_0) / I_0$$

onde:

R = Valor da parcela de reajustamento procurado;

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato da obra ou serviço a ser reajustado;

I_0 = Índice de preço verificado no mês base do orçamento da administração/PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ;

I = Índice de preço referente ao mês de reajustamento correspondente ao da data do adimplemento da obrigação.

17.3. Decorrido período superior a 1 (um) ano, contado da data de elaboração do orçamento base da PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ, o reajuste será aplicado pelos



índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12(doze) meses.

17.4. O reajustamento será devido do primeiro dia do mesmo mês do ano seguinte ao do orçamento da administração. (OT 028/2015/CGE).

17.5. A iniciativa e o encargo para o cálculo do reajustamento deverão ocorrer por conta da contratada, cabendo ao órgão ou entidade contratante a verificação do resultado obtido, e se houver concordância, aplicar o reajustamento dos preços com fundamentos nesses cálculos. Se equivocados, deverá ter o respectivo protocolo devolvido para as devidas correções apontadas pela Administração (OT 028/2015/CGE).

17.6. Para itens de contratos que necessitam ser reajustados por mais de um índice, as parcelas que compõem esses itens deverão ser desmembradas, passando cada parcela a ser corrigida pelo seu respectivo índice.

17.7. Não se admitirá nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

17.8. REVISÃO de preços poderá ser feita a qualquer tempo, desde que ocorram fatos imprevisíveis ou de difícil previsão, devidamente demonstrados e que tenham ocorridos após apresentação da proposta, com objetivo de restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que devidamente comprovados, mediante apuração por procedimento administrativo específico instaurado pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO

18.1. O presente Termo Contratual poderá ser rescindido unilateralmente pela PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ ou bilateralmente, atendendo sempre a conveniência administrativa e o devido processo legal, devendo ser precedida de processo administrativo que garanta o contraditório e a ampla defesa acerca dos fatos imputados a CONTRATADA.

18.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

18.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.2.3. Indenizações e multas.

18.3. Caso a Contratada tenha assinado o Contrato, caberá a rescisão contratual, com consequências das sanções contratuais e das previstas em lei, se a Contratada:

a) Descumprir total ou parcial, quaisquer das obrigações e/ou responsabilidades previstas no Edital, e/ou no contrato, ou o conhecimento ulterior, pelo Contratante, de fato ou circunstância superveniente contrária ao regramento editalício, contratual ou legal, ou ainda se for constatada falsidade de qualquer declaração prestada pela Contratada e/ou seus representantes e equipe técnica;

b) Agir com negligência, imprudência ou imperícia comprovada dos profissionais das empresas credenciadas;

c) Transferir ou subcontratar total ou parcial, ceder e caucionar o contrato em operações financeiras;

d) Cometer reiteradamente faltas ou falhas na execução dos serviços;

e) Decretar falência ou insolvência civil;

f) Realizar dissolução da sociedade;



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

- g) Concretizar alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura contratual que, a juízo da do Contratante, prejudique a execução do contrato;
- h) Descumprir as instruções e orientações da Contratante, rejeitar qualquer processo que lhe seja distribuído ou negar a prestação de qualquer serviço solicitado sem apresentar razões suficientes para a Contratante;
- i) Divulgar informações do interesse exclusivo da Contratante, ou que consubstanciam violação de sigilo, obtidas em decorrência da contratação;

18.4. A critério da Secretaria Municipal de Obras caberá rescisão Contratual independentemente de interpelação judicial, quando a CONTRATADA:

- a) Não cumprir ou cumprir irregularmente quaisquer das obrigações contratuais;
- b) Paralisar os serviços/obras sem justa causa e prévia comunicação à PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ;
- c) Subcontratar total ou parcialmente os serviços/obras, conforme previsto na Cláusula Sexta deste instrumento, exceto nas hipóteses admitidas neste contrato;
- d) Reincidir nas multas previstas na Cláusula Décima Sexta deste Contrato;
- e) Decretar falência;
- f) Outros casos previstos na Lei nº 14.133/2021;
- g) Não apresentar em até 15 (quinze) dias úteis após a assinatura deste Contrato, as apólices de Seguro Contratual do Risco de Engenharia e de Responsabilidade Civil Profissional, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da Obra, comprovação da matrícula/cadastro específico da obra no INSS (CNO), Alvará de autorização expedido pela Prefeitura Municipal e Apresentação do Livro de Obras.

18.5. No caso de rescisão, unilateral ou bilateral, a CONTRATADA receberá o valor dos serviços/obras executados e atestados pela fiscalização, salvo se instaurado processo administrativo que resultar em sanção “multa”, sendo possível ser descontada a garantia contratual.

18.6. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 304 motivada nos incisos III a VII do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.7. Em qualquer das hipóteses suscitadas a PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ não reembolsará ou pagará à CONTRATADA qualquer indenização ou outros direitos a seus empregados por força da Legislação Trabalhista e Previdência Social, tampouco o custo de desmobilização.

18.8. A rescisão determinada por ato unilateral e escrito da Administração, acarretará as consequências/direitos previstos no art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

19.1. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da data da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia de **5% (cinco por cento)** sobre o valor total do contrato, conforme art. 98 da Lei 14.133/21, com prazo de vigência durante toda a execução contratual, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, conforme o Art. 98 da Lei 14.133/2021.



19.1.1. Conforme estabelece o Art. 96 da Lei 14.133/21, mediante opção por uma das seguintes modalidades:

a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, sendo estes emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus credores econômicos, definido pelo Ministério da Economia, **deverá ser prestada em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.**

a.1) Para a garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser efetuado o recolhimento de DAR (Documento de Arrecadação). Para a emissão do referido documento, deve-se realizar o seguinte procedimento:

1. Acessar site da SEFAZ, no endereço <http://www.sefaz.mt.gov.br>;
2. Na aba Serviços, clicar em Documentos Arrecadação, clicar em DAR-1 - Órgãos;
3. Selecionar o Órgão/Entidade contratante e escolher o tipo de pessoa (no caso, Jurídica);
4. Preencher o Formulário para emissão do DAR;
5. Preencher os dados necessários.

a.2) Após a emissão do Documento de Arrecadação (DAR), efetuar o pagamento em qualquer agência do Banco do Brasil e, em seguida, encaminhar ao contratante, ambos documentos: as cópias do DAR e do comprovante de pagamento.

a.3) No caso da caução em Títulos da Dívida Pública, deverá ser também apresentado “Laudo de Avaliação” da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, no qual devam constar as informações sobre a exequibilidade, valor e prazo de resgate do respectivo Título; como também de “Escritura Pública de Transferência” dos Títulos à Contratante, pelo período de vigência do CONTRATO.

b) Seguro-garantia, modalidade “Seguro-garantia do Prestador de Serviço”, representado por apólice de seguro emitida especialmente para esse fim, devendo ter como importância segurada o valor nominal da garantia exigida e como beneficiário o contratante, **sua apresentação deverá ocorrer, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da data da assinatura do contrato.**

b.1) No seguro-garantia ainda é vedado cláusula prevendo a obrigação de comunicar a mera expectativa de sinistro por parte do contratante, bem como cláusula que permita a execução do objeto do contrato por meio de terceiros.

b.2) No caso de seguro-garantia, deverá constar a modalidade “Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço”.

b.3) Deverá conter cláusula de “não cancelamento”, e ainda contemplar as hipóteses de inadimplemento das obrigações estabelecidas neste Termo de Contrato, inclusive com destaque para as situações de multas contratuais ou atrasos no prazo de execução da obra por culpa do ADJUDICATÁRIO.

c) Fiança bancária, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, devendo constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil, **deverá ser prestada em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.**



19.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.2.1. Caso houver atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias corridos na prestação da garantia contratual nas modalidades caução ou fiança bancária, o contratante poderá promover a retenção dos pagamentos devidos à contratada, até o limite do percentual estabelecido a título de garantia.

19.2.2. A retenção efetuada com base no subitem acima não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à contratada.

19.3. A garantia contratual deverá ter validade durante toda a vigência do CONTRATO.

19.4. A contratada, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada com base no subitem 19.1.1 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

19.5. A garantia contratual deverá ter validade durante toda a vigência do contrato e abranger um período de 90 dias corridos após o término da vigência contratual.

19.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos causados ao contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber não honradas pela contratada.

19.7. A garantia responderá pelo cumprimento das disposições do contrato, ficando o contratante autorizado a executá-la para cobrir multas, indenizações a terceiros e pagamentos de qualquer obrigação, inclusive no caso de rescisão.

19.7.1. Caso o valor ou o prazo da garantia seja insuficiente para garantir o contrato, a contratada providenciará, compulsoriamente, tantos aditamentos quantos forem necessários até o término da vigência do contrato.

19.8. No caso da utilização da garantia pelo órgão ou entidade contratante, por terem sido aplicadas penalidades à CONTRATADA este será notificado para repor a garantia no montante original, em até 20 (vinte) dias úteis, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidades.

19.9. O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.10. Será considerada extinta a garantia:

19.10.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

19.10.2. No prazo de 90 (noventa) dias corridos após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.



19.11 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

19.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.13. A validade e eficácia da GARANTIA DO CONTRATO deverá acompanhar toda a vigência do CONTRATO, inclusive devendo ser prorrogada, quando prestada na forma de seguro-garantia ou fiança bancária, quando ocorrer prorrogação do prazo do contrato.

19.14. A CONTRATANTE poderá, a seu exclusivo critério, perpetrar a rescisão contratual ou a execução da garantia original prestada, na hipótese de a GARANTIA DO CONTRATO não ser prorrogada por idêntico prazo de prorrogação do contrato.

19.15. A GARANTIA DO CONTRATO deverá ser reforçada sempre que houver acréscimo ao preço global final pactuado, de forma que sua importância se mantenha sempre equivalente a 5% (cinco por cento) do valor vigente contratado.

19.16. A GARANTIA DO CONTRATO ou o seu respectivo saldo remanescente, se houver, será restituída ou liberada em favor da CONTRATADA, desde que verificada a perfeita execução dos serviços, com o respectivo recebimento final do bem ou serviço objeto contratado, na forma da Lei nº 14.133/2021.

19.17. Não haverá qualquer restituição de caução em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a caução reverterá e será apropriada pelo CONTRATANTE.

19.18. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, conforme estabelecido no Art. 100 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.19. Seguro responsabilidade civil profissional:

19.19.1. É obrigatória a apresentação de apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Profissional das Empresas de Engenharia, Arquitetura e Agronomia nas obras, projetos e serviços contratados pelos órgãos da administração direta e indireta, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, em atendimento a Lei Estadual nº 10.407, de 27 de junho de 2016.

19.19.2. Deverá ser contratado com limite mínimo de indenização equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor integral do contrato, conforme Lei Estadual nº 10.407 de 27 de junho de 2016.

19.19.3. A Contratada deverá apresentar, após 10 (dez) dias da assinatura do Contrato, antes da emissão da ordem de serviço, Apólice de Seguro em nome do profissional responsável técnico pela execução da obra, projeto ou serviço, de acordo com a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, emitida e registrada junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso - CREA/MT, e caso couber Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, emitido e registrado junto ao Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Mato Grosso-CAU/MT.

19.19.4. O Seguro de Responsabilidade Civil Profissional deverá ser específico para cada obra, projeto ou serviço, de acordo com a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT.



19.19.5. O Seguro de Responsabilidade Civil Profissional vigorará durante o período de execução da obra, ficando sob a responsabilidade do segurado atualizar seu valor sempre que incidir correspondente correção no montante contratual, bem como solicitar prorrogação de vigência da apólice se houver ampliação do prazo de execução da obra;

19.19.6. O Seguro de Responsabilidade Civil Profissional deverá ser contratado com limite mínimo de indenização equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor integral do contrato, conforme Lei Estadual nº 10.407 de 27 de junho de 2016.

19.19.7. Nos casos de haver subcontratação, o seguro deverá ser apresentado pelos responsáveis técnicos pela execução da obra, projeto ou serviço das empresas subcontratadas, específicas para as Anotações de Responsabilidade Técnica - ART ou para o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT;

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA NULIDADE E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

20.1. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada quando revelar medida de interesse público com avaliação entre outros, dos aspectos descritos no art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

20.1.1. A nulidade não exonera o contratante do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa, nos termos do que estabelece o art. 149 da Lei nº 14.133/2021.

20.1.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

20.1.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA: (a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e (b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

20.2. A extinção do contrato poderá ser determinada por ato unilateral.

20.3. O presente termo de contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no rol do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa, aplicam-se os arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

20.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

20.4.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

20.5. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

20.6. O contrato se extinguirá quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto. Ou, se constatare que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021).

20.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS COMUNICAÇÕES

21.1. Eventuais correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.

21.2. As comunicações feitas à Contratante deverão ser endereçadas ao Gestor e ao Fiscal do Contrato.

21.3. As comunicações feitas pela Contratante em decorrência desta contratação ou de eventuais processos administrativos a ela inerentes, serão realizadas em regra, por via eletrônica, no e-mail informado na Proposta Comercial, qual seja _____, devendo a Contratado mantê-lo atualizado, sob pena de incorrer em descumprimento de obrigações contratuais.

21.3.1. À Contratada caberá confirmar o recebimento da correspondência eletrônica, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado de seu envio pela Contratante.

21.3.2. Em caso de urgência ou emergência, a Contratada, após enviar o e-mail, deve apontar a urgência por meio de mensagem no WhatsApp, podendo ainda se valer de ligação telefônica para informar a condição à Contratada.

21.3.1. Na hipótese de ausência de confirmação do recebimento da correspondência eletrônica no prazo acima estipulado, considerar-se-á como realizada e recebida a comunicação pelo contratado no dia seguinte ao término prazo para acusação do recebimento.

21.4. Nos prazos para apresentação de defesa prévia e recurso, o responsável pela intimação da Contratado, franqueará, independentemente de pedido expresso, acesso imediato às Informações integrais dos autos ao representante legal da Contratada, cujos dados foram informados na Proposta.

21.4.1. A ausência de branqueamento integral dos autos impede que o prazo se inicie e corra, até que seja sanada a indisponibilidade.

21.5. No caso de intimação para defesa e/ou recurso enviada por via postal e tratando-se de endereço localizado em edifício comercial, a Contratada fica ciente que a intimação será entregue na portaria e que o prazo para resposta será contado a partir do recebimento da correspondência pelo funcionário próprio ou terceirizado atuante na referida portaria.

21.6. Eventual mudança de endereço da Contratada deverá ser imediatamente comunicada por escrito à Contratante, restando a Contratada totalmente responsável por qualquer desinformação ou falta de comunicação, inclusive quanto a prejuízos decorrentes de prazos para apresentar defesa, recurso ou qualquer outro tipo de expediente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE



22.1. A execução dos serviços deverá observar os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, conforme previsto no art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, e nas boas práticas de sustentabilidade socioambiental adotadas pela Administração Pública.

22.2. Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável. E ainda:

- Utilizar material previamente autorizada, reduzindo o impacto ambiental com transporte de longa distância e diminuindo emissões de gases de efeito estufa;
- Minimizar o desmatamento e reaproveitar os resíduos vegetais oriundos da limpeza da área da estrada para proteção de taludes e controle de erosões;
- Implantar drenagem superficial eficiente, evitando processos erosivos, assoreamento de corpos hídricos e degradação do solo, promovendo a infiltração controlada da água da chuva;
- Promover o uso de equipamentos com manutenção regular e controle de emissão de poluentes, além de planejar a logística de execução para reduzir o consumo de combustível;
- Priorizar a contratação de mão de obra local, quando possível, promovendo a geração de renda e o desenvolvimento socioeconômico da comunidade rural beneficiada;
- Reduzir a produção de resíduos e promover o reaproveitamento de insumos sempre que tecnicamente viável;
- Atuar de forma preventiva quanto aos impactos sobre fauna e flora nativa nas margens das vias, respeitando áreas de preservação permanente e acessos a propriedades rurais.

22.3. Observar, no que couber, as práticas de sustentabilidade ambiental, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, tais como:

- Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;
- Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades objeto do Contrato.

<p>CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÃO ACERCA DOS TRATAMENTOS DE DADOS</p>
--

23.1. As partes do contrato devem cumprir as obrigações legais relativas ao adequado tratamento de dados, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), bem como observar o que segue:

23.2. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

23.3. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

23.4. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



23.5. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância. **23.6.** O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS PUBLICAÇÕES

24.1. Incumbirá ao Contratante divulgar a Nota de Empenho no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma e no prazo previsto no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133/2021, e ao art. 8º, §§ 1 e 2º, da Lei n.º 12.527/2011.

24.2. A divulgação no PNCP, conforme prescreve o art. 94, II, da Lei nº 14.133/2021, é condição para a eficácia contratual e é de obrigação exclusiva da Administração, que assumirá as responsabilidades pela não publicação.

24.3. As publicações inerentes a este contrato, tais como notificações, intimações, alterações, apostilamentos, decretação da extinção unilateral ou de comum acordo, abertura de processos administrativos, decisões administrativas de modo geral, independentemente de notificação, intimação serão publicadas sistematicamente no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM, sem prejuízo das publicações em outros veículos e endereços eletrônicos exigidos por lei.

24.3.1. Cabe a Contratada acompanhar as publicações e delas tomar ciência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA CLÁUSULA DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

25.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

25.2. Consta em anexo do contrato o Termo Anticorrupção (**Anexo I**), expresso pelo contratado, declarando formalmente que a condução de seus negócios segue estritamente a legislação aplicável, a moral e a ética.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA MATRIZ DE RISCO

26.1. Em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e visando à gestão proativa de potenciais eventos que possam impactar a execução do objeto contratual, qual seja, a pavimentação urbana em Tratamento Superficial Duplo (TSD) no município de Indivaí/MT, com valor estimado de R\$ 491.397,02 (quatrocentos e noventa e um mil, trezentos e noventa e sete reais e dois centavos), as Partes acordam a presente Matriz de Riscos, que integra o presente instrumento para todos os fins de direito:



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DO RISCO	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	RESPONSÁVEL
Execução sem sinalização/interdição adequada, elevando risco de acidentes	Média	Alto	Alto	Exigir sinalização de obra em todo o entorno das frentes de serviço; prever paralisação dos serviços caso o canteiro não esteja sinalizado ou a via não esteja interditada quando houver necessidade.	CONTRATADA / FISCALIZAÇÃO
Acidentes de trabalho por falta de EPI/EPC e operação inadequada de equipamentos	Média	Alto	Alto	Exigir que trabalhadores estejam equipados com EPIs (botas, luvas, óculos, capacetes); exigir operação por profissionais habilitados; exigir proteção auditiva quando necessário.	CONTRATADA / FISCALIZAÇÃO
Não conformidade geométrica/níveis por falhas em terraplanagem e regularização do subleito	Média	Alto	Alto	Vincular execução aos projetos geométricos, perfis e seções; exigir checagens de regularização e compactação do subleito antes de receber camadas superiores.	CONTRATADA / FISCALIZAÇÃO
Baixa aderência entre base e revestimento por imprimação inadequada	Média	Alto	Alto	Exigir execução de imprimação conforme especificação técnica e norma aplicável; liberar etapa seguinte somente após inspeção/aceite da fiscalização.	CONTRATADA / FISCALIZAÇÃO
Desempenho insuficiente do revestimento TSD por falhas de execução	Média	Alto	Alto	Vincular execução aos projetos geométricos, perfis e seções; exigir checagens de regularização e compactação do subleito antes de receber camadas superiores. Exigir execução de imprimação conforme especificação técnica e norma aplicável; liberar etapa seguinte somente após inspeção/aceite da fiscalização.	CONTRATADA / FISCALIZAÇÃO
Descarte irregular de material excedente e impactos ambientais/urbanos	Média	Alto	Alto	Determinar que material excedente seja destinado a bota-fora licenciado; exigir comprovação documental quando solicitado pela fiscalização.	CONTRATADA / FISCALIZAÇÃO
Atraso de cronograma e prejuízo à gestão do contrato	Alta	Alto	Alto	Exigir cumprimento do cronograma físico-financeiro; condicionar medições ao atendimento de etapas e registros (diário/relatórios); adotar gestão ativa de frentes de serviço.	CONTRATADA / FISCALIZAÇÃO
Início de obra sem identificação e publicidade mínima	Baixa	Médio	Médio	Exigir placa de obra antes do início, afixada em local visível, conforme Manual Visual de Placas e Adesivos de Obras – SINFRA.	CONTRATADA / FISCALIZAÇÃO

26.2. A CONTRATADA é integralmente responsável pela implementação e manutenção das medidas de mitigação de riscos identificadas na Matriz de Riscos, bem como por quaisquer outras ações necessárias para prevenir ou minimizar a ocorrência de eventos danosos à execução contratual.

26.3. A FISCALIZAÇÃO do Contrato, designada pela Administração Pública, será responsável pelo monitoramento contínuo da execução das medidas de mitigação e pela verificação de sua eficácia, bem como pela comunicação de quaisquer desvios ou novos riscos identificados.



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

23.4. O descumprimento das medidas de mitigação pela CONTRATADA, ou a omissão na comunicação de novos riscos ou na adoção de ações corretivas, ensejará a aplicação das sanções e penalidades previstas no presente Contrato e na legislação pertinente, sem prejuízo da responsabilização civil, administrativa e penal cabível.

23.5. A Matriz de Riscos poderá ser revisada e atualizada a qualquer tempo durante a execução contratual, mediante termo aditivo ou apostilamento, caso se verifique a necessidade de inclusão de novos riscos, alteração de probabilidades, impactos, níveis de risco ou medidas de mitigação.

23.6. A identificação de novos riscos ou a alteração significativa dos riscos existentes deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que a identificar à outra Parte, para análise conjunta e deliberação sobre as ações cabíveis e a eventual atualização da Matriz.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 14.133/2021, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

27.2. Constatada irregularidade no procedimento ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato, será adotada quando revelar medida de interesse público, avaliando, entre outros, os aspectos descritos no art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

27.3. A declaração de nulidade não exonera a CONTRATANTE do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado, até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa, nos termos do que estabelece o art. 149 da Lei nº 14.133/2021.

27.4. É vedado caucionar ou utilizar o contrato administrativo decorrente da Concorrência para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da autoridade competente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - FORO

28.1. Fica eleito o foro da Comarca de Araputanga/MT, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja salvo nos casos previstos no art. 102, Inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

28.2. E, por se acharem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais e jurídicos.

INDIAVAÍ/MT, ____ de _____ de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Prefeito Municipal de INDIAVAÍ
CONTRATANTE



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXX

Representante: XXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: xxxxxxxxxxxxxxxx

CPF: xxx.xxx.xxx-72

Nome: xxxxxxxxxxxxxxxx

CPF: xxx.xxx.xxx-49



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

ANEXO I – TERMO ANTICORRUPÇÃO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, por seu Representante legalmente constituído, DECLARA, sob as penas da lei:

Que está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.

Que se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.

Que na execução deste contrato, nem a empresa nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção.

A empresa, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que o contratante ou seu cliente final terão o direito de realizar procedimento de auditoria para certificar-se da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.

Declara neste ato que: (a) não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção; (b) tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida; (c) e que conhece que a comprovação de sua participação em atos de corrupção em desfavor do Erário Estadual suscita a possibilidade de extinção do contrato, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

INDIAVAÍ/MT, XX de XXXXXX de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXX

Representante: XXXXXXXXXXXX